

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

FORMOSA
2018

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

PLANO DE CURSO

CNPJ	10.870.883/0007-30	
Razão Social	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Campus Formosa	
Nome Fantasia	IFG – Campus Formosa	
Esfera Administrativa	Federal	
Endereço	Rua 64 esq. c/ R. 11, s/n Setor Expansão Parque Lago.	
Cidade/UF/CEP	Formosa – GO – 73.813-816	
Telefone/Fax	(061) 3642-9493	
E-mail de contato	csociais.formosa@ifg.edu.br	
Site da unidade	www.ifg.edu.br/formosa	
Área do Plano	Ciências Sociais	
Habilitação, qualificações e especializações		
Habilitação:	Licenciatura em Ciências Sociais	
Carga Horária		
Carga horária presencial	2242	
Carga horária EAD	408	
Disciplinas pedagógicas	660	
TCC	210	
Estágio Curricular	400	
Carga horária total das disciplinas	2650	
Prática como Componente Curricular	408	
Atividades Complementares	200	
Carga Horária Total	3258	

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

Jerônimo Rodrigues da Silva

Reitor

Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon

Pró-Reitora de Ensino

Écio Naves Duarte

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Daniel Silva Barbosa

Pró-Reitor de Extensão

Amaury França Araujo

Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional

Murilo de Assis Silva

Diretor-Geral – Campus Formosa

Sirlon Thiago Diniz Lacerda

Chefe do Departamento de Áreas Acadêmicas

Geraldo Witeze Junior

Coordenador da Licenciatura em Ciências Sociais

Comissão de Elaboração

Prof. Dr. Clóvis Henrique Leite de Souza
Prof. Me. Daniel Sejour Araújo
Prof. Dr. Danilo José Dalio
Prof. Dr. Geraldo Witeze Júnior
Prof. Me. Hans Magno Alves Ramos
Prof^a Dra. Luciana Campos de Oliveira Dias
Prof. Dr. Luís Cláudio R. Henriques de Moura
Prof^a. Ma. Mariana Toledo Ferreira
Prof. Me. Oberdan Quintino Ataídes
Prof. Me. Toni Cezar Pinto Ferreira Barros

Colaboradores

Prof. Me. Edson R. Borges
Prof. Me. Gabriel de Paula
Prof^a. Me. Gláucia Mendes da Silva
Prof^a. Ma. Kaithy C. Oliveira
Prof. Me. Manoel Bernardes de Jesus
Prof^a. Ma. Milene Galvão Bueno

Sumário

1 – Dados gerais do curso.....	6
2 – Apresentação do curso de Licenciatura em Ciências Sociais.....	6
3 – Justificativa.....	8
4 – Bases Legais do curso de Licenciatura em Ciências Sociais.....	14
5 – Tecnologias da Informação e Comunicação.....	17
6 – Objetivos do curso.....	19
6.1 – Geral:.....	19
6.2 – Específicos:.....	19
7 – Requisitos de Ingresso.....	20
8 – Perfil do egresso e áreas de atuação.....	20
9 – Estrutura Curricular.....	22
9.1 – Matriz Curricular por núcleos.....	22
9.2 – Matriz curricular por semestre.....	24
9.3 – Fluxograma.....	27
10 – Metodologia.....	28
11 – Estágio Curricular Supervisionado.....	33
11.1 – Estágio Não Obrigatório.....	35
12 – Prática Como Componente Curricular.....	36
13 – Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.....	38
14 – Pesquisa e Extensão.....	39
15 – Processo de Avaliação Interna do Curso.....	40
16 – Autoavaliação.....	40
17 – Critérios de Aproveitamento de Experiências Anteriores.....	41
18 – Atendimento ao Estudante e Critérios de Avaliação da Aprendizagem.....	42
19 – Corpo docente.....	45
20 – Quadro Pessoal – Técnico Administrativo.....	46
21 – Infraestrutura.....	48
22 – Referências.....	50
ANEXO I – EMENTÁRIO.....	53

1 – Dados gerais do curso

Titulação: Licenciatura em Ciências Sociais

Início da vigência: agosto de 2013

Duração mínima do curso: 08 semestres

Prazo máximo para integralização: 16 semestres

Carga horária total do curso: 3258 horas

Número de vagas anuais: 30 vagas

Período de oferecimento: Noturno (Horário – 19h00 às 20h30 e 20h45 às 22h15)

Organização Curricular: Semestral

2 – Apresentação do curso de Licenciatura em Ciências Sociais

O curso de Licenciatura em Ciências Sociais possibilita a formação de profissionais capazes de se posicionar de forma crítica e criativa diante das inúmeras exigências e desafios da sociedade contemporânea, bem como sobre o próprio desenvolvimento científico e tecnológico. Trata-se da formação de docentes que atuarão em todos os níveis de ensino, sem deixar de se perceber um pesquisador da realidade social. Em função disso, a formação deve ser ampla e pluralista, tanto no plano teórico-metodológico e cultural quanto, em relação às práticas de ensino, pesquisa e extensão.

Nesse sentido, a formação social, política e cultural, que tem como sustentação três pilares, a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política, passíveis de fornecerem tanto os fundamentos epistemológicos das áreas específicas, como os alicerces de formação acadêmico-profissional do licenciado. Estas três bases do curso se articulam a uma consistente formação do cientista social nas áreas de História, Geografia, Filosofia e Educação.

O curso de Licenciatura em Ciências Sociais busca possibilitar ao/à discente uma formação que seja flexível, interdisciplinar e comprometida com a solidez teórico-metodológica exigida para a formação do profissional da área. O alvo é a formação de um profissional crítico e cidadão, habilitado no uso das ferramentas investigativas das ciências sociais e comprometido ética e politicamente com as complexas questões sociais contemporâneas, que imbricam problemas globais, nacionais e locais.

Por essa razão, a Licenciatura em Ciências Sociais se caracteriza pela ênfase na interdisciplinaridade. Nesse sentido, também as noções de diversidade étnico-cultural, de sustentabilidade e as preocupações ambientais perpassam de modo transversal as disciplinas que compõem núcleo do curso (Antropologia, Política e Sociologia), as que o auxiliam (Filosofia, Geografia e História), além de contar disciplinas específicas nos componentes

pedagógicos (*Educação das relações étnico-raciais e Educação, ambiente e sociedade*). Os estudantes terão acesso às discussões atuais sobre esses temas, preparando-se para atuar como docentes e pesquisadores numa sociedade em que as preocupações com o ambiente e a diversidade dos modos de vida ocupam espaço central.

Fundamentalmente, os profissionais formados neste curso estarão habilitados a atuar em todos os níveis da área da educação, em agências de pesquisa, órgãos públicos, empresas e organizações não-governamentais (ONGs), partidos políticos, sindicatos, associações, cooperativas, entidades culturais, entre outros, desenvolvendo atividades de pesquisa e planejamento, produção e análise de dados socioeconômicos, políticos e culturais, assessoria e consultoria em distintas áreas como Saúde, Educação, Políticas Sociais, Políticas Culturais, Planejamento Urbano e Habitação, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Questões Agrárias, Movimentos e Organizações Sociais, entre outras.

O curso de Licenciatura em Ciências Sociais tem como objetivo geral contemplar a atividade de formação do cientista social assim como a formação para o magistério em diferentes níveis de ensino, ou seja: formar professores/as de ensino médio e de ensino superior, que sejam também pesquisadores e produtores de conhecimento e não apenas replicadores ou transferidores de informações.

A formação teórica e de pesquisa terá como função conduzir o discente a uma reflexão crítica e sistemática sobre a sociedade contemporânea e, ao mesmo tempo, prepará-lo para a inserção como docente/pesquisador, estando apto à reflexão crítica e produção de conhecimento no campo da educação e das áreas específicas.

O Curso tem a duração de 8 (oito) semestres, sendo que seu prazo máximo de integralização é de 16 (dezesesseis) semestres. São oferecidas 30 (trinta) vagas em cada processo seletivo, realizado anualmente. O Curso funciona no período noturno de segunda a sexta-feira, durante 18 semanas letivas semestrais, de acordo com o calendário acadêmico da Instituição, totalizando, no mínimo, 100 (cem) dias de efetiva atividade acadêmica por semestre, como preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (BRASIL, 2011). Excepcionalmente, a fim de integralizar os dias letivos e a carga horária de prevista para cada disciplina, serão ofertadas aulas aos sábados, no período matutino.

O Curso é ministrado por professores das áreas de Ciências Humanas, Linguagens e Educação, além de contribuições menos constantes de outras áreas. Os docentes têm a titulação mínima de mestrado, sendo que seis são doutores. Ademais, diversos professores estão cursando o doutorado. O corpo docente se insere nas mais variadas áreas de saberes e participa de inúmeras atividades relacionadas ao tripé institucional do IFG: contribui significativamente na produção científica do campus, com diversos projetos de pesquisa, orientações de TCC e iniciação científica; organiza ou coorganiza eventos acadêmicos e

curso de extensão; foi responsável pela criação de dois núcleos de pesquisas do campus, o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Educação, Cultura e Ciência (NEP-TECC) e o Grupo de Estudos em Ambiente e Sociedade (GEAS).

O curso surgiu de debates ocorridos a partir de reuniões amplas com a totalidade do corpo docente no campus Formosa, sendo aprovado ainda em 2011. A proposta da elaboração e oferta da Licenciatura em Ciências Sociais foi gestada pelo NEP-TECC. Antes e durante a constituição do curso, foi empreendido um levantamento das necessidades de profissionais especialistas em Ciências Sociais nas instituições de ensino, além de órgãos de governos e da iniciativa privada do município e da região. O processo de construção desta graduação ocorreu com amplas e constantes discussões durante um ano, abrangendo profissionais de diversas áreas, sobretudo das humanidades.

Em 2013 foi realizado o primeiro processo seletivo, com início da primeira turma no segundo semestre daquele ano. Nos processos seletivos realizados desde então todas as vagas foram preenchidas, o que reforça a demanda regional pela formação em Ciências Sociais. No ano de 2017, o curso passou pela avaliação da comissão do Ministério da Educação, sendo reconhecido com a nota 4. Na ocasião, após a verificação do esforço institucional para o funcionamento do curso, a comissão fez sugestões pontuais para o aprimoramento do trabalho que foram incorporadas nesta nova versão do projeto pedagógico.

Além da Licenciatura em Ciências Sociais, o campus de Formosa oferta outros três cursos superiores: Licenciatura em Ciências Biológicas, Engenharia Civil e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Os professores do curso de Ciências Sociais atuam em todos esses cursos, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

3 – Justificativa

O ensino de Sociologia nas instituições educacionais brasileiras está presente desde ao menos o final do século XIX, porém de forma intermitente. A oferta de tal disciplina e de seus saberes foi reconhecida ao longo do tempo de maneiras distintas na legislação, que define a oferta, o espaço e o caráter das Ciências Sociais nos cursos e currículos do país. Outra característica tocante ao desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil é a sua relação com a Educação. Constata-se que por vezes se aproximou e, outras, distanciou-se, do campo da Educação, com momentos de maior presença e reflexão sobre o que hoje chamamos de Ensino Médio, como também quanto à formação de professores e ainda à produção de pesquisa no campo da Educação (MORAES, 2003).

Historicamente as Ciências Sociais no Brasil têm assumido, entre seus afazeres, a

reflexão acerca de problemas nacionais, questões de cidadania, construções sociais diversas que giram em torno da Sociedade e do Estado brasileiros. Podemos observar estas ideias em *O ensino da sociologia na escola secundária brasileira*, discurso pronunciado por Florestan Fernandes no I Congresso Brasileiro de Sociologia (1954), onde defendeu a presença do ensino de Sociologia no ensino secundário, formando cidadãos críticos e reflexivos, comprometidos com a transformação da sociedade. Com o avanço do capitalismo na sociedade brasileira de meados do século, Florestan Fernandes apontava um fim instrumental à Sociologia da época e de seu ensino:

Os educadores foram os pioneiros na apresentação e no exame dessas questões no Brasil, pois foram eles os primeiros a chamar a atenção para as possibilidades da educação em face das alterações das condições de existência social. A ideia de preparar as gerações novas para ‘uma civilização em mudança’ tornou-se uma receita considerável de disseminação (FERNANDES, 1954, p. 91).

O desenvolvimento das Ciências Sociais entre as décadas de 1930 e 60 estava ligado a sua presença no ensino secundário, o que foi interrompido com o golpe civil-militar ocorrido em 1964. O governo militar retirou da matriz curricular do ensino médio brasileiro as disciplinas de Sociologia e Filosofia, interrompendo suas trajetórias no ensino secundário até meados da década de 1980, com a redemocratização. No entanto, apenas nos anos de 1990 o movimento pelo retorno da Sociologia aos estudos secundários tomou maior força, levando à sua reinserção nos currículos de todo o Brasil.

Estes vinte anos de ausência da Sociologia no ensino médio produziram consequências à educação no campo das Ciências Sociais. Uma destas consequências foi que, durante um longo período, toda a educação superior brasileira se desobrigou da formação de professores nesta área, voltando os seus esforços para o bacharelado e, portanto, à preparação de outro tipo de profissional. O momento atual exige a presença de licenciados em Ciências Sociais para promover a correta reintrodução dos conteúdos e da disciplina na educação básica, mesmo com as recentes mudanças no currículo do Ensino Médio (Reforma de 2017 e Base Nacional Curricular). Como expresso no artigo de Stella Christina Schrijnemakers e Melissa de Mattos Pimenta (2011, p. 416):

Pode-se dizer que, historicamente, há quatro grandes dificuldades ainda a serem enfrentadas: a falta de professores capacitados para dar conta da demanda, a insuficiência de pesquisas na área de ensino, um currículo comum consensual testado e adequado para esse nível de ensino e o próprio preconceito que cerca as Ciências Sociais no Brasil.

Devemos superar o debate sobre a relevância intelectual ou científica das Ciências Sociais em geral e da Sociologia em particular, como bem destacado pela prestigiada revista *Nature* no seu editorial intitulado *Time for the social sciences* (2014). É essencial atentarmos para a necessidade de atender à demanda por cientistas sociais, tanto para compreendermos

melhor a sociedade como para garantir a formação adequada de nossos estudantes do ensino médio. A demanda aumenta conforme se distancia dos grandes centros educacionais, presentes sobretudo nas regiões Sul e Sudeste do país. Segundo dados do Ministério da Educação, a região Centro-Oeste possui atualmente onze cursos presenciais de Licenciatura em Ciências Sociais, assim distribuídos:

Tabela 1 – Cursos Presenciais de Ciências Sociais no Centro-Oeste, Brasil, 2013

Instituição de Ensino Superior (IES)	Situação	Estado	Cidade
IFG	Em atividade	Goiás	Anápolis
IFG	Em atividade	Goiás	Formosa
UEMS	Em atividade	Mato Grosso do Sul	Amambai
UEMS	Em atividade	Mato Grosso do Sul	Paranaíba
UFG	Em atividade	Goiás	Goiânia
UFG	Em atividade	Goiás	Catalão
UFGD	Em atividade	Mato Grosso do Sul	Dourados
UFMS	Em atividade	Mato Grosso do Sul	Campo Grande
UFMS	Em atividade	Mato Grosso do Sul	Naviraí
UFMT	Em atividade	Mato Grosso	Cuiabá
UNB	Em atividade	Distrito Federal	Brasília/DF
TOTAL: 11 CURSOS			

Fonte: Sistema e-MEC. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 14 abr. 2018.

É importante destacar que no Estado de Goiás, além de Formosa, apenas três cidades possuem a Licenciatura em Ciências Sociais. A Mesorregião do Leste Goiano e a Microrregião do Entorno de Brasília, nas quais se insere o município de Formosa, não possuem outros cursos de Licenciatura em Ciências Sociais. Nas proximidades da cidade apenas a Universidade de Brasília (UnB) conta com uma Licenciatura em Ciências Sociais, cujos egressos nem sempre fazem a opção pela licenciatura. É comum a escolha pelo bacharelado. Ademais, o público atendido pela UnB não é o mesmo do IFG Formosa, pois aquela universidade nem sempre é acessível para estudantes de menor renda que, muitas vezes, não têm condições de viver em Brasília ou de se deslocar diariamente até lá.

Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), obtidos por meio do sistema EDUDATA, considerando todas as modalidades de oferta de ensino médio, só no Estado de Goiás existem 1082 escolas que trabalham com esse nível de ensino. Tal dado é relevante, pois de acordo com as exigências contidas na LDBEN (BRASIL, 2011), a Sociologia deve ser ministrada por profissional habilitado, ou seja, pelo

Licenciado em Ciências Sociais. Dessa forma, um dos problemas do ensino de Sociologia na educação básica é a ausência de profissionais habilitados para ofertar a disciplina, o que resulta, na maioria das escolas, na oferta por profissionais de outras áreas. Neste sentido, uma das justificativas para a implantação do curso de Licenciatura em Ciências Sociais no IFG seria colaborar com a redução deste déficit de profissionais¹.

De modo a ilustrar esta ausência de profissionais, foi realizado um breve levantamento junto às maiores escolas públicas da cidade de Formosa, e, em nossa amostra, não foi verificada a presença de Licenciados em Ciências Sociais. A alternativa encontrada nestas instituições é o deslocamento dos professores da área de História, Geografia, Filosofia, Pedagogia para ministrar as atividades voltadas à disciplina de Sociologia. A situação encontrada corrobora com a precariedade do trabalho docente no que tange à formação dos discentes dentro de uma perspectiva sociológica, uma vez que profissionais sem a devida formação são obrigados a trabalhar com componentes curriculares que desconhecem, ou conhecem de maneira incipiente.

Além da atuação na educação básica, o curso de Ciências Sociais em Formosa constitui uma experiência multi e interdisciplinar profícua, em virtude da pluralidade de formações dos docentes de Ciências Humanas, que compreende a Geografia, História, Artes, Música, Letras, Filosofia, Pedagogia, Meio Ambiente, etc. Somado a isso, é importante ressaltar aspectos da diversidade econômica, histórica, cultural e social da região que carecem de estudos e investigações mais sistemáticas.

No plano das políticas públicas, cabe destacar que o estado de Goiás conta, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, s/d), com 246 Municípios, todos com demanda de profissionais capacitados para a formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas na área de saúde, educação, cultura, meio ambiente, trabalho e renda, entre outros, que constituem campos de ação com forte atuação de profissionais das Ciências Sociais.

Ainda no plano de atuação das políticas públicas, cabe aqui resgatar uma importante conquista trazida pela Resolução nº 17, de 20 de junho de 2011, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) que, em reunião ordinária realizada nos dias 14 a 16 de junho de 2011, passou a entender os Sociólogos e Antropólogos, profissionais formados pelo curso de Ciências Sociais, como categorias profissionais de nível superior também necessárias para atender as especificidades dos serviços de assistência social especializada. A referida reunião sugeriu como composição para as equipes socioassistenciais aquelas categorias que possuem formação e habilidades para o desenvolvimento de atividades específicas e/ou de assessoria à equipe técnica de referência: “§3º São categorias profissionais

¹ Vale destacar que o campo do ensino é um dos que apresenta uma das maiores carências no país: <http://ultimo-segundo.ig.com.br/educacao/faltam+professores+qualificados+no+ensino+medio/n1238106792909.html>

de nível superior que, preferencialmente, poderão atender as especificidades dos serviços socioassistenciais: Antropólogo; Economista Doméstico; Pedagogo; Sociólogo; Terapeuta ocupacional; e Musicoterapeuta (...) Art. 3º São categorias profissionais de nível superior que, preferencialmente, poderão compor a gestão do SUAS: Assistente Social; Psicólogo; Advogado; Administrador; Antropólogo; Contador; Economista; Economista Doméstico; Pedagogo; Sociólogo; Terapeuta ocupacional”².

O funcionamento do curso de Ciências Sociais permite ainda o desenvolvimento de estudos no plano histórico-cultural. A região, apesar de sua riqueza material e da diversidade cultural, foi pouco pesquisada no meio acadêmico, notando-se uma carência de estudos mais profundos sobre a sociedade e a cultura local.

Na região, a presença humana, datada de ao menos 10.000 anos, é amplamente constatada pela existência de diversos sítios arqueológicos. Apenas no município de Formosa encontram-se 35 sítios registrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)³. Nestas localidades, encontramos pinturas rupestres, desenhos pictográficos em baixo-relevo e vestígios de antigas oficinas líticas. Estes sítios arqueológicos tiveram seus registros realizados durante as décadas de 1970 e 1980, porém sem existir continuidade ou estudos mais profundos sobre a milenar presença humana na região. Este rico Patrimônio Cultural material está constantemente sob ameaça de depredação ou mesmo de desaparecimento, seja por força da natureza, pelo avanço econômico predatório ou pelo descaso do Estado com a preservação. A realização de pesquisas no campo das Ciências Sociais nestes lugares contribuiria para a produção científica de conhecimento deste passado, como também sua relação com o presente. A valorização deste passado/presente contribui para a divulgação deste tesouro histórico-cultural, praticamente desconhecido pela população local, colaborando assim para a preservação da memória, como também para a própria preservação física destes lugares de memória dotados de alto valor humano e de identidade própria.

A presença histórica de povos indígenas na região, há muito ameaçada, também é uma realidade que reforça a importância de um curso que se debruce sobre a reflexão social no estado. Cabe notar que os estudos desenvolvidos pelas Ciências Sociais brasileiras hoje são fundamentais para o reconhecimento e a preservação de inúmeras tradições culturais⁴. Apesar de haver uma produção acadêmica mais relevante sobre as sociedades indígenas em Goiás, o campo de estudo apresenta grande potencial de produção científica, contribuindo socialmente para a memória destes povos e para a ampliação da compreensão das

² Disponível em: www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos.../download.

³ Para o conhecimento da localização e estado destes locais de memória pode-se verificar o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN no endereço <http://portal.iphan.gov.br/portal/montaPaginaSGPA.do>.

⁴ Para mais informações sobre festas e tradições em Formosa ver BRITO (2006a, 2006b), GONÇALVES (2008), VIANNA, TEIXEIRA, 2010.

relações/demandas/mazelas produzidas pela fricção interétnica com a sociedade nacional, o que é central para uma região marcada por forte presença da indústria agrícola.

Esta região contou ainda com a presença secular de escravos negros que atuavam em diversas áreas de produção. Assim como em outras partes do país e da América, foi comum a não submissão à instituição da escravidão, concretizada em forma de fugas e criação de quilombos em áreas mais remotas do estado. Devido a esta situação, existem hoje diversas localidades com remanescentes quilombolas, com especificidades socioculturais significativas à compreensão de nossa história antiga e atual. Compreender a atualidade destes processos é uma tarefa fundamental para o curso de ciências sociais. Além disso, conforme instrui o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), responsável pelo reconhecimento e demarcação de territórios quilombolas, o laudo produzido por um profissional das Ciências Sociais, mais especificamente da Antropologia, é condição fundamental para os procedimentos jurídicos associados ao reconhecimento e demarcação de terras⁵.

Muitas destas populações tradicionais vivem ainda em áreas de difícil acesso, em relativo isolamento geográfico e por vezes em situação de vulnerabilidade, tendo constantemente suas terras ameaçadas por fazendeiros e pelo agronegócio. Entre os esforços governamentais que visam promover melhores condições de vida, estão as demarcações das terras pertencentes aos descendentes dos antigos quilombos. Para a demarcação dos limites destas terras, encontramos entre os métodos utilizados pelo governo para reconhecer o direito daquela população, diversos estudos nas áreas das Ciências Sociais sobre a identidade destas pessoas e a ocupação histórica das terras em disputas. Considerando estas situações, a existência de um curso na área das Ciências Sociais é benéfica à produção acadêmica relativa às questões apresentadas, contribuindo também com a qualidade de vida destas pessoas, no tocante ao estudo e divulgação, da identidade e das necessidades enfrentadas em várias regiões goianas.

Assim como no restante do país, os avanços nas pesquisas sobre o passado, sobre as identidades e a preservação da memória vêm se reforçando em Formosa no tocante à preservação do Patrimônio Cultural e Ambiental no município. O cuidado com bens materiais e imateriais de Formosa deu um importante passo com a constituição de uma entidade responsável por exercer o zelo com a memória e com os bens culturais locais. Dessa forma, em 28 de agosto de 2012 foi sancionada a lei N°603/12 (FORMOSA, 2012) que cria o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC). Este conselho é formado por representantes do Estado e da sociedade civil, totalizando 11 representantes, tendo entre eles a participação de um representante do IFG. A criação deste conselho reforça a preocupação

⁵ Ver informe da Associação Brasileira de Antropologia: <http://www.abant.org.br/news/show/id/162> .

relativa à preservação e aos estudos sobre a sociedade do município, confirmando a possibilidade de uma importante contribuição proveniente de estudos nos campos das Ciências Sociais.

Vale registrar, enfim, que o Câmpus Formosa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás é resultado do Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, iniciado em 2006. Começou suas atividades em 21 de junho de 2010, recebendo 180 estudantes para cursos do ensino médio técnico, subsequente, PROEJA e de graduação. A Portaria de Autorização de Funcionamento, nº 1.170, foi publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2010. Contudo, a solenidade de inauguração se deu meses depois, em 29 de novembro do mesmo ano, pelo então Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva.

Os cursos instituídos em 2010 foram escolhidos com base no Relatório de Estudo e Pesquisa produzido pelo Observatório Nacional do Mundo do Trabalho e da Educação Profissional e Tecnológica, que na ocasião apontou os eixos de Informação e Comunicação, Infraestrutura, Meio Ambiente e licenciaturas em Biologia e Física como os mais indicados para o câmpus. As aulas para as primeiras turmas tiveram início em agosto de 2010, quando foram abertos os cursos técnicos integrados ao Ensino Médio em Informática para Internet, Controle Ambiental e Edificações, e o de Educação para Jovens e Adultos (EJA) em Manutenção e Suporte em Informática. Ao mesmo tempo, também foram implantados o curso superior de Licenciatura em Ciências Biológicas e o curso Técnico Subsequente em Edificações. Com os anos, o panorama de cursos sofreu modificações e o quadro de alunos também. Atualmente, são aproximadamente 1000 alunos, frequentando o ensino médio técnico integrado em tempo integral regular, cursos na modalidade EJA, cursos de graduação, de extensão e de educação a distância. O campus Formosa oferta regularmente os cursos técnicos integrados ao Ensino Médio em Biotecnologia e em Saneamento; os cursos técnicos integrados ao ensino médio em Manutenção e Suporte em Informática e em Edificações na modalidade EJA; e os cursos de nível superior em Tecnologia e Análise em Desenvolvimento de Sistemas, Engenharia Civil, Licenciatura em Ciências Biológicas e a própria Licenciatura em Ciências Sociais.

4 – Bases Legais do curso de Licenciatura em Ciências Sociais

As Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Sociais foram estabelecidas pelos Pareceres e Resoluções da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação – CNE/CES (BRASIL, 2001a; 2002a; 2002b). A característica fundamental destas referências é apontar para a unidade entre as três áreas principais que estruturam a formação em

Ciências Sociais: a Antropologia, a Sociologia e a Ciência Política. Estas aparecem nas diretrizes como eixos fundamentais para a caracterização e para a própria formação proposta pelo curso que, por sua vez, deve perseguir uma sólida formação teórica e metodológica nesses três campos, em articulação com conhecimentos da História, da Geografia, da Economia e da Filosofia. Assim, a dimensão eminentemente interdisciplinar da graduação em Ciências Sociais é um dado central que deve ser observado para a continuidade do curso.

O Parecer CNE/CES nº 492, de 2001 (BRASIL, 2001a), retificado pelo Parecer CNE/CES nº 1.363, de dezembro de 2001 (BRASIL, 2002b), constitui o documento mais relevante para diagnosticar a composição formal da área, pois é ele que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Ciências Sociais, constituindo a orientação basilar para a construção de sua estrutura e finalidades.

Um dos princípios centrais, contido nas referências, é o que reafirma a concepção de que a graduação em Ciências Sociais deve evitar os processos de especialização prematuros, se configurando muito mais como um percurso que abre um campo de possibilidades com alternativas de trajetórias e não apenas uma matriz curricular fixa, abrindo, dessa forma, um leque de opções. Tal particularidade conflui em algo que é tônica comum desta graduação: a formação intelectual ampla, capaz de habilitar o profissional da área para elaborar uma apreensão complexa das dinâmicas sociais, políticas, culturais e econômicas. Isto demanda a estruturação de um percurso formativo que contorne a concentração disciplinar imediata em uma das áreas que integra as Ciências Sociais.

É fato que, de forma geral, um conjunto de campos científicos é caracterizado como ciências sociais: a Geografia, a Economia, a História entre outras disciplinas. Porém, cada uma destas esferas, com os processos de diferenciação, se autonomizou relativamente em campos disciplinares e cursos distintos. As Ciências Sociais, portanto, além de uma área de conhecimento, formam um curso superior assentado, predominantemente, sobre as contribuições da Antropologia, da Ciência Política e da Sociologia. Em consonância com tal concepção, as diretrizes apontam que o curso deve reforçar a “integração entre estas áreas” e representar um espaço promotor da “autonomia intelectual, da capacidade analítica dos estudantes e de uma ampla formação humanística (BRASIL, 2001a, grifo nosso)”. Esta deve ser entendida como o domínio dos conhecimentos produzidos pelas diversas ciências humanas, mas também como um compromisso ético com os princípios fundamentais de respeito à diversidade humana, aos valores da solidariedade, liberdade e da justiça social.

O Parecer CNE/CES nº 492 aponta ainda que a formação em Ciências Sociais, estruturada em bacharelado e/ou licenciatura, deve preparar os estudantes para a atuação como:

Professores da educação básica e do ensino superior, como pesquisadores seja na área acadêmica ou não acadêmica, ou como profissionais que atuem em planejamento, consultoria, formação e assessoria junto a empresas públicas, privadas, organizações não governamentais, governamentais, partidos políticos, movimentos sociais e atividades similares (BRASIL, 2001a).

É importante destacar que as Ciências Sociais não constituem uma profissão especializada, mas uma formação de nível superior pluralista. Os profissionais de fato serão os Antropólogos, Cientistas Políticos e Sociólogos. A legislação define que todo bacharel em Ciências Sociais é um Sociólogo.

Outra questão central para as Ciências Sociais é a relação com a educação básica. A maioria dos cursos de graduação oferece a habilitação em licenciatura, que prepara os profissionais para as atividades docentes. Nesse sentido, é importante notar que a Lei nº 11684 de 2 de junho de 2008, que alterou a LDB de 1996, determinando a obrigatoriedade da Sociologia (e também da Filosofia) em todas as séries do ensino médio, marcou o retorno da disciplina às salas de aula e, desse modo, reabriu um amplo campo de atuação para os profissionais e possibilitou que a licenciatura em Ciências Sociais ganhasse uma centralidade ainda maior, assim como algumas problemáticas latentes se tornaram manifestas.

A constituição do campo das Ciências Sociais produziu em seu processo de constituição uma hierarquia entre a formação de pesquisadores e especialistas, algo almejado pelo bacharelado, e uma formação específica para a licenciatura, voltada para a preparação de professores da educação básica. A primeira disponibilizaria um capital simbólico maior, um status mais consagrado no campo acadêmico, ao passo que a segunda aparece muitas vezes como alternativa diante da falta de alternativas, dissociando-se da pesquisa acadêmica. Romper tal hierarquização é uma tarefa central com a qual uma licenciatura deve lidar, promovendo uma proposta onde a licenciatura e a pesquisa sejam concebidas de maneira integrada, considerando a pesquisa como atribuição do trabalho docente.

No entanto, as diretrizes curriculares apresentadas pelo Parecer 492 acabam por reproduzir, indiretamente, a distinção entre o bacharelado e a licenciatura, sobretudo quando propõe as competências e habilidades diferenciadas entre o plano geral e os específicos para a licenciatura. As habilidades gerais visam preparar o estudante para o “domínio da bibliografia teórica e metodológica básica; para a autonomia intelectual; capacidade analítica; competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática social; compromisso social; competência na utilização da informática” (BRASIL, 2001a). Como inexistente uma referência direta, fica subentendido que essas habilidades são esperadas naturalmente da formação de bacharelado, sendo a licenciatura desprovida dessas capacidades. A proposta que almejamos construir deve se orientar por uma superação desta dicotomia.

É preciso que a licenciatura seja plural e complexa diante da importância cada vez

maior que assume na graduação em Ciências Sociais e para a educação básica. As particularidades requeridas pela formação do licenciado devem ser integradas ao curso e não apenas como uma etapa concentrada e quase dissociada da formação geral.

As orientações específicas para a licenciatura, de acordo com as diretrizes, recomendam uma preparação que garanta o “o domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio e domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transposição do conhecimento para os diferentes níveis de ensino” (BRASIL, 2002b). Ao afirmar que é na licenciatura que o profissional apreenderá os *conteúdos básicos* para o ensino, o texto sugere que ela deve ser articulada com uma sólida formação geral. Neste sentido, a proposta de licenciatura que encampamos busca valorizar a formação do cientista social profundamente articulada com a atuação no campo da pesquisa, da atuação sociocultural e na educação básica.

Em diversas disciplinas o curso aborda as temáticas das diretrizes nacionais para a educação ambiental (Lei nº 9.795/1999), educação em direitos humanos (Resolução CNE/CP nº 01/2008) e o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena (Lei nº 11.645/2008). São temas transversais das Ciências Sociais, da Filosofia, da Geografia e da História. A educação ambiental aparece em uma disciplina específica – *Educação, ambiente e sociedade* –, o que ocorre igualmente com os temas afro-brasileiros e indígenas, abordados na disciplina *Educação das relações étnico-raciais*. Os problemas raciais e socioambientais são questões de direitos humanos, de forma que a temática perpassa essas duas disciplinas. Aparece, ademais, nas disciplinas de *História Moderna*, com os fundamentos dos direitos humanos, e de *História social e política do Brasil*, com o relato da ausência de direitos para a maioria da população em grande parte de nossa história.

5 – Tecnologias da Informação e Comunicação

É inegável que as Tecnologias da Informação e Comunicação impactaram diversos setores da sociedade, sobretudo na forma como se comunicam, relacionam, se expressam e adquirem produtos e serviços. Nos processos educativos elas também estão presentes, embora nem sempre utilizadas de maneira adequada ou integradas em atividades pedagógicas de forma a colaborar para a formação integral do aluno.

Nesse intento, há de se ressaltar, a necessidade de se reconhecer o impacto da Ciência e da Tecnologia sobre a Sociedade, a fim de, se evitar a reprodução de um modelo linear/tradicional do progresso científico, pois:

a ciência se converte em cientificismo quando esquecemos de seus condicionantes sociais, econômicos ou políticos, ou quando não percebemos que

suas fórmulas podem servir não para promover o bem-estar social, mas para aprofundar as desigualdades entre pessoas, grupos ou nações (DAMKE, 1995, p. 65).

Segundo o CNE/CP 9/2001, cabe ao docente em prática educativa:

- Orientar e mediar o ensino para a aprendizagem dos alunos;
- Comprometer-se com o sucesso da aprendizagem dos alunos;
- Assumir e saber lidar com a diversidade existente entre os alunos;
- Incentivar atividades de enriquecimento cultural;
- Desenvolver práticas investigativas;
- Elaborar e executar projetos para desenvolver conteúdos curriculares;
- Utilizar novas metodologias, estratégias e materiais de apoio;
- Desenvolver hábitos de colaboração e trabalho em equipe.

Nesse propósito o curso de Ciências Sociais – Licenciatura – busca estimular a incorporação das TIC no processo educativo, a fim de possibilitar maior articulação interdisciplinar, sobretudo nas proposições das atividades como componente curricular, no estágio supervisionado e no estímulo a participação discente em projetos de pesquisa.

De acordo com a Portaria IFG Nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, o curso poderá utilizar a modalidade semipresencial até o limite de 20% (vinte por cento) da carga horária. Isso envolve incorporar atividades de ensino a distância, proposta também reconhecida como *blended learning*, a qual exige tanto dos discentes quanto dos docentes, compreenderem que as TIC na educação pode colaborar para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias ao pleno exercício das suas atividades curriculares presenciais e a distância. Essa proposição, dentre outras, visa o desenvolvimento da autonomia e do protagonismo discente, encontros virtuais síncronos e assíncronos e a proposição de novas abordagens pedagógicas que as incorporem de maneira eficaz, aspectos esses desejáveis para a plena atuação docente e ao contínuo processo de construção do conhecimento.

A Licenciatura em Ciências Sociais adotará atividades à distância (EAD) em todas as disciplinas, exceto nos estágios obrigatórios, no trabalho de conclusão de curso e na *Prática como componente curricular* (PCC). A carga horária na modalidade EAD respeitará o limite de vinte por cento em cada disciplina e está detalhada na matriz curricular. Para tanto, será usada a plataforma Moodle presencial, já disponível no IFG⁶. No início do curso será ofertado aos alunos ingressantes o treinamento necessário.

As atividades à distância dialogam e complementam a parte presencial da disciplina, com o benefício da assincronia proporcionado pelas tecnologias informático-

⁶ Em <http://www.moodle2.ifg.edu.br>.

computacionais. A plataforma Moodle permite o desenvolvimento de diversas atividades, tais como entrega de trabalhos, resolução de exercícios, participação em fóruns, chat com os alunos, etc. Os planos de ensino de cada disciplina detalharão que atividades serão desenvolvidas à distância, indicando a carga horária de cada uma. Para cada disciplina será criada uma sala específica, na qual o professor inserirá as atividades e os alunos serão inscritos. Todas as atividades desenvolvidas à distância deverão ser registradas pelo Moodle para que a carga horária seja computada.

6 – Objetivos do curso

6.1 – Geral:

Formar licenciados e licenciadas em Ciências Sociais para atuarem como docentes no ensino de sociologia em nível médio e de sociologia, ciência política e antropologia em nível superior, usufruindo de um amplo conhecimento teórico fundamentado em práticas de pesquisa na área das Ciências Sociais e da Educação e capazes de investigar, problematizar e compreender a realidade contemporânea do ponto de vista social, histórico, cultural, econômico e político, além de promover a articulação entre o ensino, a pesquisa e extensão.

6.2 – Específicos:

- Estimular a formação de um profissional crítico voltado para a análise multidimensional da sociedade;
- Desenvolver a competência para elaboração de pesquisas acadêmicas e sociais na área das Ciências Sociais e no campo da Educação;
- Contribuir para o enfrentamento dos problemas sociais e para o desenvolvimento regional;
- Colaborar para a formação ética, humanística e com responsabilidade social;
- Capacitar o profissional para a articulação entre teoria e prática no desempenho de suas atribuições;
- Desenvolver profissionais que dominem e reflitam sobre os métodos e técnicas de pesquisa em Ciências Sociais;
- Estimular a necessidade de atualizarem-se permanentemente, compreendendo que a formação continuada é condição fundante de realização de um trabalho próprio do tempo presente, profundamente marcado pelo avanço tecnológico, pelo desenvolvimento de novas formas de comunicação, linguagem e tipos de sociabilidade e pelas transformações socioambientais;
- Contribuir com a formação de professores para a Educação Básica a partir da

construção de processos formativos fundamentados na concepção do Currículo Integrado e nas Políticas de Inclusão;

- Formar profissionais municiados de conhecimentos de gestão em ambientes escolares diversificados;
- Formar profissionais capazes de planejar, executar e avaliar atividades educativas.

7 – Requisitos de Ingresso

Conforme estabelecem os regulamentos internos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, o ingresso no curso de Licenciatura em Ciências Sociais é permitido a todas as pessoas que concluíram o ensino médio ou equivalente. O processo seletivo será realizado por dois sistemas de preenchimento de vagas: o Sistema Universal e a Reserva de Vagas, conforme a Lei 12.711/2012. A quantidade de vagas será informada nos editais de seleção. Está previsto também o preenchimento de **vagas** remanescentes, resultantes do cancelamento de matrícula e desligamento de alunos. Nesse caso, as modalidades de ingresso serão as seguintes: a) mudança de modalidade/habilitação no mesmo curso e campus; b) reingresso no mesmo curso e campus; c) mudança de Campus para o mesmo curso; d) mudança de curso independente do campus de origem; e) transferência externa; e f) portador de diploma de graduação.

8 – Perfil do egresso e áreas de atuação

O Curso de Licenciatura em Ciências Sociais almeja a formação de um profissional crítico e criativo que possa se inserir de forma competente no sistema escolar, atuando tanto como docente do ensino fundamental e médio quanto na assessoria para a elaboração de projetos pedagógicos, gerenciamento de recursos humanos e didáticos, e na avaliação de técnicas educacionais.

Ao Licenciado em Ciências Sociais caberá, pois, a aptidão para a pesquisa e reflexão sobre a realidade histórico sociocultural e, por conseguinte, sobre os compromissos éticos e sociais dos indivíduos. Busca-se, enfim, a formação de um educador-pesquisador capaz de operar com as teorias das ciências humanas, conceitos e métodos próprios das Ciências Sociais, tanto no exercício do magistério como nos diferentes campos abertos para a atuação do Cientista Social.

Nesse último aspecto, o curso também oferece aos egressos as bases para que possam futuramente atuar em agências de pesquisa, órgãos públicos, empresas e organizações não-governamentais (ONG's), desenvolvendo atividades de pesquisa e planejamento, análise

de dados, assessoria e consultoria em diversas áreas como Saúde, Educação, Planejamento Urbano e Habitação, Meio Ambiente e Recursos Humanos, dentre outras. Desta forma, os apontamentos sobre as áreas de atuação podem ser resumidas, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO organizado pelo Ministério do Trabalho, conforme quadro a baixo:

Tabela 2 – Relação das ocupações destinadas aos egressos

CBO	Descrição da Ocupação
2035-05	Pesquisador em ciências sociais e humanas
2321-70	Professor de sociologia no ensino médio
2347-70	Professor de sociologia do ensino superior
2347-05	Professor de antropologia do ensino superior
2347-20	Professor de ciência política do ensino superior
2511-05	Antropólogo
2511-20	Sociólogo
2511-15	Cientista político
5153-05	Educador social

Fonte: Portal do trabalho e emprego. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br>. Acesso em: agosto de 2015.

Seja atuando no magistério ou na iniciativa pública / privada, espera-se um profissional capaz de potencializar sua atuação/participação para negociar sua identidade profissional num mercado de trabalho marcado pela acelerada mutação e rompimento de fronteiras corporativistas, cuja postura crítica e competente deva estar vinculada à construção de uma trajetória alicerçada na defesa da ética, dos direitos humanos e da cidadania.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC) temos a seguinte referência ao profissional da área: “A formação de um profissional de educação deve estimulá-lo a aprender o tempo todo, a pesquisar, a investir na própria formação e a usar sua inteligência, criatividade, sensibilidade e capacidade de interagir com outras pessoas.” (BRASIL, s/d). Nesse sentido, espera-se formar docentes capazes de refletir criticamente sobre sua própria prática educativa, aprofundando seus conhecimentos teóricos e práticos ao longo de sua atuação como professor/a. Espera-se também que os egressos do Curso compreendam e exercitem o sentido mais profundo da prática da pesquisa na docência, uma vez que:

o que há de pesquisador no professor não é uma qualidade ou uma forma de ser ou de atuar que se acrescente à de ensinar. Faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa. O de que se precisa é que, em sua formação permanente, o professor se perceba e se assuma, porque professor, como pesquisador (FREIRE, 1996, p. 32).

9 – Estrutura Curricular

A matriz curricular do curso de Licenciatura em Ciências Sociais está estruturada nas três grandes áreas que formam as Ciências Sociais: Sociologia, Antropologia e Ciência política, ao mesmo tempo em que se tem uma formação direcionada ao campo da Licenciatura. Perpassando estes campos, somam-se disciplinas obrigatórias, compreendendo a História, Geografia, Psicologia, Pedagogia, Filosofia e Metodologia Científica.

No plano prático, o curso inclui o contato com técnicas de pesquisa de campo e coleta, análise e interpretação de dados empíricos, em conjunto com as disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado e Prática de Ensino em Ciências Sociais. Assim, ao longo da formação busca-se um desenvolvimento no ensino, pesquisa e extensão.

9.1 – Matriz Curricular por núcleos

NÚCLEO DE ESTUDOS DE FORMAÇÃO GERAL	
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Antropologia e Arqueologia regionais	60
Arte, cultura e sociedade	60
Geografia humana	60
História moderna	60
História social e política do Brasil	60
Introdução à Filosofia	60
Introdução às Ciências Sociais	60
Leitura e produção textual de gêneros acadêmicos	60
Metodologia científica e técnicas de pesquisa em Ciências Sociais	60
Pensamento político brasileiro	60
Pensamento social brasileiro	60
Teoria antropológica I	60
Teoria antropológica II	60
Teoria antropológica III	60
Teoria política I	60
Teoria política II	60
Teoria política III	60
Teoria sociológica I	60

Teoria sociológica II	60
Teoria sociológica III	60
Tópicos especiais (três disciplinas)	180
Trabalho de conclusão de curso 1	90
Trabalho de conclusão de curso 2	120
CARGA HORÁRIA TOTAL	1590

NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DE ESTUDOS DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL	
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Didática	60
Educação das relações étnico-raciais	30
Educação de jovens e adultos	60
Educação, ambiente e sociedade	30
Filosofia da Educação	60
Gestão e organização do trabalho pedagógico	60
História da Educação	60
Libras	60
Tópicos em educação	60
Políticas de Educação	60
Psicologia da Educação	60
Sociologia da Educação	60
CARGA HORÁRIA TOTAL	660

NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADORES PARA ENRIQUECIMENTO CURRICULAR	
ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA
Este núcleo é constituído pelas diversas atividades previstas no regulamento institucional de atividades complementares	200
CARGA HORÁRIA TOTAL	200

9.2 – Matriz curricular por semestre

Disciplina	Carga Horária Presencial	Carga Horária EAD	Pré-requisitos
1º período			
História da Educação	48	12	Não há
História moderna	48	12	
Introdução à Filosofia	48	12	
Introdução às Ciências Sociais	48	12	
Leitura e produção textual de gêneros acadêmicos	48	12	
Práticas como componente curricular 1	50	0	
Carga horária total	290	60	
2º período			
Filosofia da Educação	48	12	Não há
História social e política do Brasil	48	12	
Teoria antropológica I	48	12	
Teoria política I	48	12	
Teoria sociológica I	48	12	
Práticas como componente curricular 2	50	0	
Carga horária total	290	60	
3º período			
Geografia humana	48	12	Não há
Sociologia da Educação	48	12	
Teoria antropológica II	48	12	
Teoria política II	48	12	
Teoria sociológica II	48	12	
Práticas como componente curricular 3	50	0	
Carga horária total	290	60	

4º período			
Educação das relações étnico-raciais	24	6	Não há
Educação, ambiente e sociedade	24	6	
Psicologia da Educação	48	12	
Teoria antropológica III	48	12	
Teoria política III	48	12	
Teoria sociológica III	48	12	
Práticas como componente curricular 4	50	0	
Carga horária total	290	60	
5º período			
Didática	48	12	Não há
Estágio curricular supervisionado I	100	0	
Libras	48	12	
Pensamento político brasileiro	48	12	
Pensamento social brasileiro	48	12	
Práticas como componente curricular 5	50	0	
Carga horária total	342	48	
6º período			
Arte, cultura e sociedade	48	12	Não há
Educação de jovens e adultos	48	12	
Estágio curricular supervisionado II	100	0	
Gestão e organização do trabalho pedagógico	48	12	
Metodologia científica e técnicas de pesquisa em Ciências Sociais (MCTPCS)	48	12	
Práticas como componente curricular 6	50	0	
Carga horária total	342	48	
7º período			
Antropologia e Arqueologia regionais	48	12	Não há
Estágio curricular supervisionado III	100	0	

Tópicos especiais	48	12	
Tópicos especiais em educação	48	12	
Trabalho de conclusão de curso 1 (Projeto de pesquisa)	90	0	MCTPCS
Práticas como componente curricular 7	50	0	Não há
Carga horária total	384	36	
8º período			
Estágio curricular supervisionado IV	100	0	
Políticas de educação	48	12	Não há
Tópicos especiais	48	12	
Tópicos especiais	48	12	
Trabalho de conclusão de curso 2	120	0	TCC 1
Práticas como componente curricular 8	50	0	Não há
Carga horária total	414	36	
Disciplinas de Tópicos Especiais (rotativas)			
Disciplina	Carga Horária Presencial	Carga Horária EAD	Pré-requisitos
Tópicos especiais em Antropologia I	48	12	Não há.
Tópicos especiais em Antropologia II	48	12	
Tópicos especiais em Antropologia II	48	12	
Tópicos especiais em Política I	48	12	
Tópicos especiais em Política II	48	12	
Tópicos especiais em Política III	48	12	
Tópicos especiais em Sociologia I	48	12	
Tópicos especiais em Sociologia II	48	12	
Tópicos especiais em Sociologia III	48	12	
Tópicos especiais em Educação I	48	12	
Tópicos especiais em Educação II	48	12	
Tópicos especiais em Educação III	48	12	
Tópicos especiais em Artes I	48	12	
Tópicos especiais em Artes II	48	12	
Tópicos especiais em Filosofia I	48	12	
Tópicos especiais em Filosofia II	48	12	

Tópicos especiais em Geografia I	48	12
Tópicos especiais em Geografia II	48	12
Tópicos especiais em História I	48	12
Tópicos especiais em História II	48	12
Tópicos especiais em Línguas I	48	12
Tópicos especiais em Línguas II	48	12
Tópicos especiais em Literatura I	48	12
Tópicos especiais em Literatura II	48	12
Tópicos especiais em metodologias quantitativas	48	12
Tópicos especiais em metodologias qualitativas	48	12
Estudo dirigido	48	12
Carga horária presencial (exceto PCC)		2242
Carga horária EAD		408
Disciplinas pedagógicas		660
Estágio Supervisionado		400
Prática como componente curricular		400
Atividades Complementares		200
Trabalho de Conclusão de curso		210
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO		3250

9.3 – Fluxograma

1º semestre	2º semestre	3º semestre	4º semestre	5º semestre	6º semestre	7º semestre	8º semestre
Introdução as Ciências Sociais	Teoria Antrop. 1	Teoria Antrop. 2	Teoria Antrop. 3	Pensamento Político Brasileiro	Metod. Cient. e Téc. de Pesq em C. Sociais	Antropologia e Arqueologia Regionais	Políticas de Educação
História da Educação	Teoria Política 1	Teoria Política 2	Teoria Política 3	Pensamento Social Brasileiro	Gestão e Org. do Trabalho Pedagógico	Tópicos Especiais	Tópicos Especiais
História Moderna	Teoria Sociol. 1	Teoria Sociol. 2	Teoria Sociol. 3	LIBRAS	EJA	Tópicos especiais em Educação	Tópicos Especiais
Introdução à Filosofia	Filosofia da Educação	Sociologia da Educação	Psicologia da Educação	Didática	Arte, Cultura e Sociedade	Estágio III	Estágio IV
Leitura e prod. textual de gêneros acadêmicos	História Soc. e Pol. do Brasil	Geografia Humana	Educação das Relações étnico-raciais	Estágio I	Estágio II	TCC I	TCC II
PCC 1	PCC 2	PCC 3	Educação, Ambiente e Sociedade	PCC 5	PCC 6	PCC 7	PCC 8
			PCC 4				

10 – Metodologia

O processo formativo se dará por meio da adoção e aplicação de metodologias coerentes com os objetivos da licenciatura e integradas aos conteúdos de ensino, que valorizem a experiência concreta do estudante como elemento essencial do trabalho pedagógico. Nessa perspectiva, as ações pedagógicas docentes, articuladas às distintas esferas de apoio institucional, visam criar todas as condições que facilitem o processo de aprendizagem dos estudantes, a fim de que sejam capazes de alcançar sua autonomia intelectual, profissional e social.

O objetivo central é garantir que o discente, tanto no decorrer de sua formação como durante seu ingresso no mundo do trabalho, torne-se um sujeito crítico, reflexivo, criativo, proativo, de modo que seus conhecimentos permitam-no enfrentar com flexibilidade as situações e os problemas que se lhe apresentarem, servindo-se inclusive das próprias experiências.

Durante o processo de formação discente, a organização curricular pretende possibilitar a ampliação dos horizontes do conhecimento dentro da área das Humanidades e, portanto, o desenvolvimento de uma visão crítica mais abrangente. Isso permitirá ao aluno ir além de seu campo específico da futura atuação profissional, oferecendo condições de acesso a conhecimentos, habilidades e atitudes formativas em outras áreas profissionais correlatas às Ciências Sociais. Além da articulação entre as disciplinas do núcleo geral, de aprofundamento e integrador, a oferta semestral de disciplinas intituladas como “Tópicos especiais” e “Estudo dirigido” reforçará este aspecto da formação discente.

O itinerário formativo do discente propicia uma vivência para além do espaço das salas de aula da instituição. A oferta de seminários, simpósios, congressos, debates, tanto dentro quanto fora do Instituto, é contínua durante os anos cursados. Valoriza-se também as atividades em campo, realizadas por meio das visitas técnicas, onde os discentes transitam e atuam diretamente em espaços de seu fazer profissional. Mais especificamente no tocante à aproximação com a experiência docente, temos a oferta do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, dando a possibilidade de contato com a escola já em seus primeiros semestres de estudo.

A matriz curricular procura articular os conhecimentos específicos da área de Ciências Sociais, compostas pela Sociologia, Antropologia e Ciência Política, com a formação pedagógica e complementar. A organização multidisciplinar não recai, entretanto, na fragmentação estanque de disciplinas, uma vez que procura instaurar o diálogo entre os campos dos saberes, de modo que o discente possa transitar entre conhecimentos trabalhados nos campos disciplinares e ao mesmo verifique a imbricada relação entre eles. A

interdisciplinaridade busca favorecer uma visão contextualizada e uma percepção sistêmica da realidade sócio-histórico-cultural, concebendo-a enquanto totalidade concreta.

O processo de construção dos conhecimentos, por sua vez, apresenta-nos o currículo de forma abrangente e integrada, pensado como uma ampla rede de significações. Em outras palavras, o processo de aprendizagem apropria-se de diferentes âmbitos e dimensões da vida pessoal, social e cultural dos discentes, ressignificando-os à medida que incita o estabelecimento de uma relação de reciprocidade entre o estudante e o objeto de conhecimento.

A garantia das condições necessárias ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida, em todas as atividades acadêmicas, determinada pelo Decreto nº 5.296/2004, prevista pela Lei nº 10.048/2000 e pela Lei nº 10.098/2000, assim como pelos Decretos nº 5.626/2005 e nº 7.6011/2011, e regulamentada pela Portaria MEC nº 3284/2003, está assegurada no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que prevê a promoção tanto da acessibilidade quanto do atendimento prioritário, inclusive naquilo que se refere à disponibilização de serviços de tradutor e intérprete de LIBRAS.

O campus Formosa procura oferecer um ambiente acessível para pessoas com deficiência física e/ou mobilidade reduzida. Há rampas de acesso, banheiros acessíveis, piso e placas de sinalização táteis. Assim, fica garantido o direito à livre circulação em todos os espaços do campus, tais como áreas externas, salas de aula, biblioteca, laboratórios, banheiros e outros espaços de uso comum.

A Licenciatura em Ciências Sociais do campus Formosa pretende remover as barreiras comunicacionais, educacionais e atitudinais em relação aos alunos com necessidades especiais. Para tanto, o currículo poderá ser flexibilizado, conforme preconiza a Resolução CNE/CEB nº02/2001 e Lei nº 13.146/2015. Trata-se aqui de adotar uma organização flexível do tempo e do espaço no campus, de reformular procedimentos pedagógicos, de alterar a complexidade das atividades sugeridas, de adaptar materiais, de empregar técnicas, critérios e instrumentos específicos de avaliação.

A linguagem é fundamental para o aprendizado. Portanto, de acordo com as necessidades dos alunos, serão usados linguagens e códigos específicos, tais como o sistema braile e a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Por meio do Núcleo de Ações Inclusivas (NAE), a instituição também assume o compromisso de disponibilizar professores para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), intérpretes da LIBRAS e profissionais para o apoio pedagógico dos estudantes surdos (Resolução CNE/CEB 02/2001, Portaria MEC nº 3.284/2003; Lei nº 10.346/2002 e Decreto nº 5.626/2005, Lei nº 13.146/2015).

O tempo de aprendizagem também é um elemento importante na acessibilidade. O

aluno com necessidades especiais pode necessitar de mais tempo que os demais alunos para alcançar as habilidades e competências pretendidas pelo currículo. Esse tempo deverá ser garantido pelos docentes nas aulas e avaliações, de modo a proporcionar o pleno desenvolvimento dos estudantes com necessidades especiais.

Além das ações ligadas à eliminação das barreiras arquitetônicas e atitudinais, bem como à promoção de tecnologias assistivas e atendimento educacional especializado aos alunos, a Instituição conta com profissionais em áreas específicas, como pedagogos, psicólogos, assistentes sociais e um intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, buscando através da orientação e da garantia da mobilidade possibilitar aos estudantes com deficiência a mais ampla participação nas atividades acadêmicas de maneira autônoma.

O campus possui diversas instâncias para auxiliar os estudantes com necessidades especiais. O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), responsável pelas ações de acompanhamento dos estudantes. Há também a Coordenação de Assistência Estudantil (CAE), onde estão lotados os servidores responsáveis pelo atendimento médico, psicológico e social (assistente social, psicólogas, enfermeiro, médico, intérprete). E, por fim, o Departamento de Áreas Acadêmicas conta com a Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente (CAPD), com um assistente de alunos, uma pedagoga e três técnicos em assuntos educacionais.

O Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, junto com o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Cultura e Ciência (NEP-TECC) e o Grupo de Estudos em Ambiente e Sociedade (GEAS) desenvolvem várias atividades que buscam articular o tripé: ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, o curso coloca como intenção promover ações de pesquisa, estudos, debates, eventos acadêmicos, relacionados a este tema.

Embora haja vários debates sobre a inclusão das pessoas com deficiência na educação, reconhecemos ainda que os sujeitos envolvidos sofrem todos os tipos de discriminação e de imposição de uma sociedade que os elimina, sendo falsa a concepção de que estão em igualdade de oportunidades (DUARTE E COHEN, 2004).

É preciso, contudo, pensar que para a inclusão se tornar real no ambiente acadêmico, não basta estar garantida na legislação. De acordo com Oliveira e Manzini (2005) o impacto da falta de acessibilidade, tanto física como a atitudinal, discrimina e segrega as pessoas com deficiência, ou seja, não lhes possibilita igualdade de oportunidade para uma vida de qualidade.

No entanto, Duarte e Cohen (2004) acreditam que as barreiras físicas sejam mais fáceis de serem removidas, pois dependem apenas de recursos financeiros, mas quanto às barreiras atitudinais, metodológicas e pedagógicas essas são mais difíceis de serem superadas, pois dependem do conhecimento acerca da inclusão e da sensibilidade, o bom senso, a ética, o

comprometimento e profissionalismo das pessoas.

Dada a amplitude do tema relacionado a inclusão e acessibilidade o curso aponta para a necessidade de verticalização do debate em espaços que se produzem pesquisa em função das dificuldades relacionadas às barreiras formadas no contexto educacional no que se refere ao atendimento da legislação relacionada a inclusão e acessibilidade.

O enfoque da articulação entre o colegiado do Curso, NEP-TECC e GEAS se estabelece a partir da busca por debates decorrentes de pesquisas vinculadas a este tema com a finalidade de:

- compreender os pressupostos teóricos da Educação Inclusiva, problematizando questões sobre acesso e permanência das pessoas com necessidades específicas no Ensino Superior de forma a favorecer o desenvolvimento de ações inclusivas tanto no Curso como também de forma geral no IFG – Formosa;
- conhecer os marcos legais referentes à educação de pessoas com necessidades específicas;
- Induzir ações de pesquisa por meio de grupos de pesquisa, projetos de iniciação científica, iniciação à docência e TCC que sejam favoráveis à construção de uma cultura democrática e ética, ao respeito à diversidade e à pluralidade, buscando uma abordagem institucional multi e interdisciplinar;
- promover um exercício teórico prático que busque eliminar toda e qualquer forma de discriminação a pessoas e grupos sociais;
- fortalecer o diálogo, o exercício da crítica e a convivência com os contrários sem discriminação, de modo a contemplar as características próprias de cada um com vistas a permitir o desenvolvimento pleno de suas potencialidades;
- contribuir para a instrumentalização de todos os atores envolvidos no processo de inclusão desses alunos, não apenas os docentes, por meio de estratégias como debates, seminários, rodas de conversas, cine debate, capacitações metodológicas, para que o público participante tenha compreensão de técnicas de estudo e recursos didáticos que atendam as dificuldades dos alunos com necessidades específicas;
- debater sobre a necessidade de desmistificar mitos ainda presentes, para que possam se relacionar com as pessoas com necessidades específicas mais naturalidade e segurança no seu dia a dia.
- promover um espaço permanente de reflexão por meio do exercício teórico-prático dos participantes sobre suas crenças e ações, para que possam lidar com as diferenças e com a singularidade de todos os indivíduos.

Sendo assim, as ações de pesquisa que serão articuladas no curso tomam por base os estudos de Rocha e Miranda (2009, p.6) quando mencionam que “o papel social da

universidade é fundamental, ela não poderá ser indiferente à diferença, é necessário que se busque um processo educacional mais justo e democrático.”

A Licenciatura em Ciências Sociais busca corresponder ao que está expresso na Declaração de Salamanca (1994) que indica que as instituições devem promover oportunidades curriculares apropriadas a pessoa com habilidades e interesses diferentes. A Lei de Diretrizes e Bases nº. 9.394/96 complementa, exigindo que as universidades contribuam para o ingresso dessas pessoas. Tanto a Declaração quanto a Lei 9.394/96, consideram primordial a reorganização da instituição de ensino, portanto, isso inclui principalmente, o treinamento dos docentes para a busca de novas informações e recursos, de forma a atender as necessidades dos alunos com necessidades específicas.

As ações que visam a melhoria da acessibilidade Pedagógica e Metodológica dos alunos com necessidades específicas são realizadas em articulação com o NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas. (Resolução CONSUP/IFG no 30, de 02 de outubro de 2017).

De acordo com o artigo 02 da resolução 30, a finalidade do NAPNE é promover a cultura da educação para a convivência e aceitação da diversidade, além de buscar a quebra de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, educacionais e atitudinais na instituição, de forma a promover a inclusão da comunidade acadêmica com necessidades específicas.

De acordo com o Artigo 3º o NAPNE será constituído, preferencialmente, por pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, intérpretes de libras, revisor de texto braile e pelos demais servidores do câmpus.

Uma das ações do NAPNE é identificar junto à CORAE, após o período de matrículas, os discentes com necessidades específicas e informar a Assistência Estudantil, a Coordenação de Apoio ao Discente, o corpo docente, a Coordenação de Curso, Chefia de Departamento e Direção-Geral; outra ação do NAPNE trata de realizar avaliações sobre as necessidades específicas dos discentes;

Além das estratégias propostas pelo NAPNE e que são garantidas pela Resolução 30 do IFG, o colegiado do curso se propõe a abrir espaços de permanente diálogo entre os docentes do curso que promova a discussão sobre a prática pedagógica em perspectiva inclusiva que pressuponha a flexibilização dos métodos de ensino, das avaliações e adaptações de materiais.

Para isso, o debate parte da compreensão de que as estratégias didáticas (métodos e recursos) que devem ser adotadas pelos professores do curso precisam acenar para a valorização da dinâmica relacional, para a discussão e a troca de experiências entre os participantes.

Na medida em que a inclusão implica o ensino adaptado às diferenças e as

necessidades individuais, a proposta de “democratizar as oportunidades” de acesso presente nos debates institucionais devem pautar-se também por este princípio inclusivo. Por isso, é pauta permanente nas reuniões de colegiado:

- O debate sobre a necessidade de se construir conhecimentos que favoreçam e ressignifiquem a atuação docente junto aos estudantes com deficiência.
- O diálogo relacionado a propostas que oportunizem a criação de ações pedagógicas e metodológicas relacionadas a adequação das atividades e avaliativas,
- Reflexões sobre a necessidade de ações docentes que partam do pressuposto de que os alunos com necessidades especiais possuem capacitações diferenciadas e, com isso, o colegiado de professores reconhece a necessidade de identificação de mecanismos para estimulá-las;
- Diálogos que indiquem a postura sensível do docente diante de contextos que sugerem aumento do tempo de provas e atividades diferenciadas, estrutura visual de provas e atividades adequadas à necessidade que se apresenta;
- Busca de uma atitude investigativa por parte do docente para que este possa compreender o porque que determinados alunos respondem de forma diferenciada às atividades propostas.

11 – Estágio Curricular Supervisionado

A Licenciatura em Ciências Sociais considera o estágio curricular supervisionado fundamental para a superação da dicotomia entre formação teórica e prática docente, na perspectiva de formação integral do educador. A compreensão do processo de produção do conhecimento social e seus desdobramentos na prática docente são condições essenciais para um entendimento do presente, exercício da cidadania e inserção qualitativa do sujeito na sociedade e no mundo do trabalho, compreendendo a escola como parte constituída e constituinte desta realidade em que vivemos.

O currículo da Licenciatura em Ciências Sociais constituiu-se no diálogo entre os núcleos geral, de aprofundamento e integrador, procurando enfocar que a dimensão pedagógica não é somente um componente isolado da formação do licenciado. Daí a organização do Estágio Curricular apresentar esta unidade e ainda procurar manter o caráter indissociável entre ensino, pesquisa e extensão, estimulando o desenvolvimento da pesquisa sobre a prática da docência no ensino de Ciências Sociais, bem como diversas intervenções e a pesquisa social sobre as temáticas relacionadas aos três pilares: Sociologia, Antropologia e Ciência Política.

Reconhecendo os ritmos próprios de aprendizagem dos alunos e considerando a

necessidade de uma formação ampla em alguns, o aluno estará apto a realizar o Estágio Curricular Supervisionado “a partir do início da segunda metade do curso” (BRASIL, 2002c). O Estágio terá a duração de 400 horas, distribuídas em quatro disciplinas. O cumprimento da carga horária, bem como a aprovação nas disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado é requisito para a obtenção do diploma de Licenciado em Ciências Sociais, dado o seu caráter de obrigatoriedade⁷.

Por ser parte de um projeto de formação docente que ultrapassa os limites da qualificação para o mercado de trabalho, o estágio contará com acompanhamento constante de um professor(a) orientador(a). No âmbito do IFG a orientação do estágio ocorre sob a responsabilidade de um(a) docente do curso que se incumbem de uma das quatro etapas do Estágio Curricular Supervisionado e que poderá acompanhar, no máximo, dez estudantes.

O(a) orientador(a) desenvolverá o plano de estágio junto com os estudantes e os acompanhará no local de realização do estágio. Ademais, ele ou ela se reunirá com os estagiários a fim de instrumentalizá-los teórica e conceitualmente, fundamentando e orientando suas atividades de observação, de registros e de regência das aulas. Por fim, transmitirá instruções sobre a elaboração do relatório final de estágio.

Os(as) estudantes devem: apresentar-se no local de estágio assídua e pontualmente para cumprir as atividades estabelecidas no plano de estágio; observar as normas da instituição conveniada; conhecer as determinações deste PPC; e, por fim, elaborar o relatório final do estágio conforme as orientações do(a) orientador(a).

As diversas formas de intervenção: observação, regência, produção de materiais didático-pedagógicos, dentre outras terão como *locus* as instituições de Educação Básica da rede pública de ensino (Municipais, Estaduais, Federais e Distritais), conveniadas com o IFG, assegurada ainda a realização do Estágio nos cursos de Educação de Jovens e Adultos e cursos de Ensino Médio Integrados à Educação Profissional, contemplando a prática do exercício da docência, seja em ambiente escolar ou em diferentes espaços educativos de instituições públicas conveniadas ao IFG. Dessa forma, o Estágio Curricular Supervisionado, desde que especificado em Plano de Ensino, poderá ser realizado, de forma complementar, em instituições de educação não-formais e culturais.

Os/As estudantes dos cursos de licenciatura que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 100 (cem) horas. Assim, caso solicitem, aproveitarão sua experiência profissional e serão dispensados da primeira disciplina de estágio (Estágio curricular supervisionado I).

⁷O art. 2º, § 2º da lei 11.788 define que o “Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma” (BRASIL, 2008).

11.1 – Estágio Não Obrigatório

As atividades de estágio na modalidade não obrigatório devem contemplar as áreas as quais estão estruturadas o curso de Licenciatura em Ciências Sociais, obedecendo aos dispostos legais, especialmente àqueles arregimentados pela Lei Nº 11.788, de 25 de Setembro de 2008, bem como as especificidades descritas pela Resolução Nº 057, de 17 de novembro de 2014, que versa sobre o regulamento de estágio curricular dos cursos de educação profissional técnica de nível médio e do ensino superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

O estágio não obrigatório, assim como o estágio obrigatório, deverá ser desenvolvido com vistas no aprimoramento da formação acadêmica e profissional do discente. Visa, portanto, os objetivos:

- I. Possibilitar a aquisição de experiência profissional e a correlação teoria-prática, ampliando os conhecimentos do estudante;
- II. Ser instrumento de inserção profissional do estudante na vida social, econômica, política e cultural, bem como facilitar sua futura inserção no mundo do trabalho;
- III. Promover articulação do IFG com o mundo do trabalho;
- IV. Facilitar o desenvolvimento psicossocial do estudante à sua futura atividade profissional, cabendo ao IFG zelar para que o estágio represente uma atividade pedagógica integrada. (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2014, Art. 5º).

A efetivação do estágio não obrigatório seguirá os requisitos exigidos pelos regulamentos supracitados, mediante formalização dos Termos de Compromisso do Estágio, que deverão ser realizado com instituições devidamente conveniadas, contemplando as exigências requisitadas pelos regimentos internos do IFG. Cabe ainda observar que a realização do estágio não-obrigatório tem caráter opcional, dependente da iniciativa própria do estudante, o qual fará jus – se optar por fazê-lo – ao seu registro junto à carga horária regular e obrigatória, conforme dispõe a supracitada Lei nº 11.788/2008.

É pertinente ressaltar que o estágio não obrigatório também deverá ser acompanhado por um docente do curso que se incumbirá da responsabilidade de orientar o processo do estágio, mediante o acompanhamento das atividades que serão determinadas juntas ao plano de atividades do estagiário. Caberá ao professor-orientador do estágio a responsabilidade de orientar, acompanhar, monitorar o trabalho, informar o andamento do trabalho à coordenação do curso e avaliar o Relatório Final do Estágio, que deverá conter o desenvolvimento das atividades, organizadas sob a forma de um texto acadêmico.

No campo de estágio haverá a supervisão de um membro institucional/empresa que se responsabilize pelo andamento das atividades do estagiário, por meio de elaboração conjunta do plano de atividades do discente/estagiário, acompanhamento destas atividades,

contato com o professor-orientador e avaliação do desempenho do estagiário.

12 – Prática Como Componente Curricular

O campo da formação de professores para atuação na educação básica tem assumido várias feições ao longo da História da Educação Brasileira e anuncia-se ainda hoje como desafio para o cenário educacional. A crescente demanda por escolarização da população, bem como as várias reformulações curriculares orientadas pelas políticas públicas para a educação formal, tem ocasionado modificações nas propostas de formação docente em todo Brasil, nas mais diversas áreas do conhecimento. Nesse sentido, a atuação no magistério torna-se objeto de debate dos vários fóruns privilegiados e as diretrizes para a formação deste profissional assumem maior relevância.

É nesse contexto que o recorrente debate acerca da indissociabilidade entre Teoria e Prática ganha notoriedade e alguns encaminhamentos no campo das políticas públicas reafirmam a necessidade de superar as dicotomias históricas na formação docente, de modo que este processo formativo não incorra no distanciamento dos vários componentes curriculares inerentes à formação do licenciado das possibilidades de articulação com prática profissional. Sendo assim, Teoria e Prática passam a ser amplamente respaldadas no campo de formação das Licenciaturas. Tal possibilidade inscreve a efetividade das instituições na formação de docentes, pois “se a pretensão é alterar as instituições com contribuições das teorias, precisamos compreender a imbricação entre sujeitos e instituições, *ação e prática*” (PIMENTA, 2011, p. 42).

A Resolução CNE/CP 2, (BRASIL, 2002c) preconiza que a carga horária destinada às Práticas como Componente Curricular (PCC) seja de 400 (quatrocentas) horas, distribuídas ao longo do curso, de modo que a vivência docente seja elemento norteador do curso como um todo, mediante o processo contínuo do trabalho desenvolvido em todas as disciplinas propostas, assumindo um caráter interdisciplinar no desenvolvimento de vários projetos didático-pedagógicos. As PCC devem, portanto, constituir as possibilidades de um verdadeiro projeto político-pedagógico de formação de professores, de maneira que a “relação entre os saberes teóricos e os saberes das práticas ocorram durante todo o percurso da formação, garantindo, inclusive que os alunos aprimorem sua escolha de ser professores a partir do contato com a realidade de sua profissão” (PIMENTA, 2011, p. 56).

No âmbito do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, as Práticas como Componentes Curriculares serão desenvolvidas como disciplinas semestrais com a de carga horária de 50 (cinquenta) horas por semestre, ressaltando assim sua presença em todos os oito períodos do curso (integralizando assim as 400 horas), fortalecendo desse modo a perspectiva

que a integração entre teoria e prática é um elemento pertinente desde o início da formação e deve perpassar todo o itinerário formativo. Distribuídas assim por todo o curso e relacionadas aos conteúdos trabalhados nos períodos, as disciplinas de Práticas poderão propiciar integração com as outras disciplinas cursadas além de manter dessa maneira sua independência e especificidade em relação ao estágio supervisionado. Uma vez que estão relacionadas com outras disciplinas, as disciplinas de práticas como componente curricular registrarão apenas a frequência dos estudantes, não atribuindo-lhes nota para essas atividades.

As disciplinas ficarão preferencialmente sob a responsabilidade dos(as) docentes da área de Educação sempre em conjunto com outro(a) docente, de modo que para cada uma delas sempre haverá dois docentes responsáveis. Serão trabalhadas em parceria com os outros professores de cada período, mediante a criação de atividades que articulem os vários componentes curriculares com as práticas e análises de situações pedagógicas, questões pertinentes à formação docente. Tal abordagem permite a superação da lógica em que a sala de aula é o espaço da teoria e a escola campo do estágio supervisionado é o momento exclusivamente reservado à prática.

Desse modo, as disciplinas de prática cumprem aqui a função de articulação entre Teoria e Prática, entre a experiência com as práticas pedagógicas e os conhecimentos específicos do curso, permitindo que essa indissociabilidade pretendida seja objeto de atenção e reflexão durante todo o percurso formativo do licenciando.

A definição das atividades que corresponderão às horas de PCC será efetuada conjuntamente por alunos e professores das diversas disciplinas a partir de sugestões das partes envolvidas. As PCC objetivam fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, o que funcionará como um espaço interdisciplinar, com a finalidade de proporcionar, ao futuro professor, oportunidades de reflexão e ação sobre a tomada de decisões mais adequadas à sua prática docente, com base na integração dos conteúdos ministrados em cada período letivo.

As PCC visam:

- mobilizar um repertório teórico/prático que contribua para a reflexão e melhor desenvolvimento profissional do licenciando em Ciências Sociais;
- oferecer condições de elaboração, investigação, desenvolvimento e avaliação das atividades realizadas nos espaços em que serão desenvolvidas as práticas, bem como criar condições de sistematização e compartilhamento (divulgação) dos conhecimentos produzidos;
- incentivar o trabalho coletivo e cooperativo nos vários momentos que compõem a experiência da prática e dos processos formativos;
- despertar nos estudantes a percepção da sala de aula como espaço educativo em que

ensino, pesquisa e extensão podem ocorrer de maneira conjunta;

- vivenciar o processo formativo em seu tríplice aspecto – planejamento, execução e avaliação de projetos – dentro das possibilidades e limitações dos espaços educacionais reais;
- desenvolver projetos de práticas interdisciplinares a partir da articulação com duas ou mais disciplinas.

As PCC serão implementadas no curso considerando sua articulação intrínseca com as diversas disciplinas, com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, tendo como foco a formação profissional do aluno.

13 – Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) visa contribuir para a formação do estudante, abrangendo questões pertinentes aos campos de pesquisa vinculados ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais. Este projeto tem ainda como objetivos a promoção de um maior contato com o discurso acadêmico, considerando suas formas e métodos, e o incentivo à interação com a produção de pesquisas e suas distintas fases de construção. Com a elaboração do TCC, pretende-se promover a capacidade de identificação de temáticas, a formulação de problemas, a elaboração de projetos, a identificação de métodos e de técnicas de pesquisa e o controle de planejamento, com integração de conhecimentos na área de formação requerida. Tem-se também como fim, além das questões apontadas, o incentivo à formação de um profissional docente/pesquisador imbuído de preceitos cidadãos e éticos na prática de seu ofício, executando-o com responsabilidade social.

As pesquisas desenvolvidas durante a elaboração do TCC podem apresentar características de métodos distintos, apoiando-se em abordagens baseadas em preceitos amplos das práticas científicas e do *ethos* acadêmico. Preferencialmente, o Trabalho de Conclusão de Curso deve-se voltar a questões que permeiam os debates referentes às problemáticas da Educação, das Ciências Sociais e das Ciências Humanas, considerando o ensino, a pesquisa e a extensão. Da mesma forma, dever-se-á buscar uma prática de pesquisa e sua produção textual, atenta à interdisciplinaridade e aos estudos multidisciplinares pertinentes à proposta de estudo. O TCC será desenvolvido individualmente e apresentado, preferencialmente, no formato de monografia.

Observados os pré-requisitos, o aluno estará apto a matricular-se no TCC após ter realizado ao menos dois terços da carga horária das disciplinas do curso. Para a elaboração e defesa do trabalho, serão observadas as normas constantes do Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do IFG.

14 – Pesquisa e Extensão

Em relação à prática do ensino no curso de Ciências Sociais, por se tratar de uma graduação em Licenciatura, o desafio maior é vincular a pesquisa científica ao cotidiano em sala da aula, no exercício e acompanhamento junto ao estudante da atividade de pesquisa acadêmica, mediante a participação em projetos de iniciação científica, congressos e ingresso em programas de pós-graduação, por exemplo. O curso de Licenciatura em Ciências Sociais do IFG tem a missão de formar cidadãos conscientes do seu papel de transformação e responsabilidade social por meio da pesquisa científica. O foco aqui é tornar a pesquisa uma atividade constante dentre as atribuições dos docentes que atuam no curso e se aventuram no mundo da escrita e submissão de projetos, fomentando assim um maior número de publicações qualificadas. Ao considerar o papel fundamental da orientação acadêmica o curso buscará uma superação das dificuldades naturais que envolve a atuação dos discentes em projetos de pesquisa e ingresso em programas de pós-graduação.

Dois núcleos de pesquisa atuam junto ao curso. O Núcleo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Educação, Cultura e Ciência (NEP-TECC), nas seguintes linhas: 1) Educação e Ciência; 2) Educação e Cultura; 3) Educação e trabalho. O Grupo de Estudos em Ambiente e Sociedade (GEAS), nas seguintes linhas: 1) Agroecologia; 2) Energia e construção ecológica; 3) Estudos teóricos socioambientais; 4) Recursos hídricos. Os núcleos promovem diversas atividades integradas à Licenciatura em Ciências Sociais, tais como palestras, seminários, debates, grupos de estudo, além de fomentarem a participação dos estudantes em atividades de pesquisa por meio da iniciação científica.

A extensão, por sua vez, intensifica essa relação com o ensino, oferecendo elementos para mudanças no fazer pedagógico, onde professores e alunos atuam tanto como sujeitos no ato de ensinar e aprender, quanto como cidadãos que democratizam saberes e contribuem com a melhoria do ambiente em que vivem, ao buscar um desenvolvimento do espaço local e regional a que o estudante está vinculado.

A extensão aqui entendida como uma prática integradora e um meio entre as atividades de ensino e pesquisa, atende no seu fazer várias demandas da população local na troca de saberes, ao mesmo tempo em que consolida a formação profissional do discente, ao difundir, socializar e democratizar o conhecimento produzido ao longo dos anos no curso. Tal indissociabilidade colabora para a formação profissional de estudantes e professores e oferece mecanismos que possibilitam aos alunos aprender, ensinar e formar futuros cidadãos.

A pesquisa e extensão são princípios fundamentais que norteiam a construção desse Projeto Político Pedagógico, pois além de ser um direito constitucional, o princípio da

indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão representa mudanças com dimensões formativas e libertadoras no processo de ensino e aprendizagem do Instituto Federal de Goiás.

15 – Processo de Avaliação Interna do Curso

A avaliação contínua e processual favorece o diagnóstico do processo educativo como um todo, tornando possível as correções e os ajustes necessários ao redimensionamento das ações institucionais. Nesse contexto, acredita-se que deve haver um eixo comum entre os dois tipos de avaliação institucional – interna e externa – que permita a compreensão de seus resultados de forma global.

Dessa forma, a construção e definição dos instrumentos metodológicos a serem utilizados nas etapas da autoavaliação do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais serão orientadas por normas nacionais, ou seja, a partir do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação fornecido às Comissões de Avaliadores, adaptando-os à realidade proposta no currículo deste curso, os quais estão pautados em três categorias avaliadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES):

- a) Organização didática pedagógica;
- b) Corpo docente, corpo discente e corpo técnico-administrativo e,
- c) Instalações físicas.

Esse processo permanente e interativo acontecerá anualmente. Todos os segmentos da comunidade acadêmica, de forma ativa e consciente, participarão do processo avaliativo, fornecendo sugestões e críticas. Os dados obtidos serão tratados adequadamente pelo departamento das áreas acadêmicas ao qual o curso está vinculado, visando a implementação de ações que assegurem a oferta de uma educação de qualidade e o contínuo aperfeiçoamento das ações da gestão acadêmica.

16 – Autoavaliação

A autoavaliação tem como principais objetivos produzir conhecimentos, pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pelo curso, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade.

A autoavaliação do curso deve ser feita através:

- Dos resultados obtidos na aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), resultados estes contidos no Relatório da Instituição disponibilizado pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP);
- b) Da Análise dos dados da aplicação do Questionário Socioeconômico respondido por ingressantes e concluintes de cada um dos cursos participantes do referido exame, resultados estes contidos no Relatório da Instituição disponibilizado pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP);
- c) Do colegiado do Departamento das Áreas Acadêmicas, que tem como atribuição: propor e aprovar, no âmbito do departamento, projetos de reestruturação, adequação e realocação de ambientes do departamento, a ser submetido à Direção-Geral do campus, bem como emitir parecer sobre projetos de mesma natureza propostos pela Direção-Geral;
- d) Do Conselho Departamental, que tem como atribuições: aprovar os planos de atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do departamento; julgar questões de ordem pedagógica, didática, administrativa e disciplinar no âmbito do departamento;
- e) Da avaliação dos professores do curso pelos discentes, autoavaliação do professor, avaliação do coordenador de curso pelos professores, avaliação dos professores pelo coordenador de curso, conduzidas pela Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD);
- f) Dos relatórios de estágios curriculares dos alunos;
- g) Do envolvimento prévio da Comissão Própria de Avaliação (CPA) na organização do processo de avaliação dos cursos;
- h) Dos instrumentos de avaliação contínua e diagnóstico elaborados pelo Núcleo Docente Estruturante, por meio dos quais serão propostas as medidas necessárias à solução de problemas e superação de dificuldades que surjam ao longo do processo de desenvolvimento do curso, tanto no que diz respeito à vida acadêmica dos estudantes quanto ao que compete ao desempenho do corpo docente e sua relação com o corpo discente.

17 – Critérios de Aproveitamento de Experiências Anteriores

De acordo com o que estabelece o Capítulo IX do Regimento Acadêmico dos Curso de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, aprovado pela Resolução nº 19, de 26 de Dezembro de 2011, o aproveitamento de estudos para efeito de

dispensa de disciplinas é facultado aos discentes respeitando as datas estabelecidas no calendário acadêmico da Instituição.

A solicitação de aproveitamento de estudos se dará conforme as seguintes condições: a) no ato de ingresso no curso, para disciplinas cursadas no mesmo nível de ensino, mediante análise curricular, observada a situação de regularidade acadêmica e administrativa do curso e da instituição de origem; b) ao longo do curso, para disciplinas cursadas em outras instituições de ensino superior para fins de complementação de estudos; c) por meio de exame de proficiência, conforme datas estabelecidas no calendário acadêmico, segundo o regulamento de exames de proficiência aprovado pelo Conselho Superior da Instituição.

Na análise dos pedidos de aproveitamento de estudos para dispensa de disciplinas, o Departamento de Áreas Acadêmicas, ao qual se vincula a Coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, observará a equivalência de conteúdo programático e a compatibilidade de no mínimo 75% de carga horária, de acordo com a matriz curricular do curso, mediante a apresentação do histórico e ato legal de funcionamento do curso na instituição de origem. Os estágios curriculares, os trabalhos de conclusão de curso e monografias não são passíveis de aproveitamento.

18 – Atendimento ao Estudante e Critérios de Avaliação da Aprendizagem

No que concerne ao Atendimento ao Estudante as ações se desenvolvem, em grande medida, amparada pelas políticas institucionais voltadas à “Assistência Estudantil”. Essa assistência visa “assegurar ao estudante, condições de acesso, permanência, êxito e inserção profissional, possibilitando uma formação profissional de qualidade, a inclusão e o exercício pleno da cidadania” (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS, s/d, s/p).

Por meio dessa política tem se efetivado ações que buscam acompanhar os e as estudantes durante a formação na instituição, com vistas ao seu encaminhamento exitoso no mundo do trabalho. Para tanto, estão consolidadas atualmente as seguintes ações voltadas à Assistência Estudantil: auxílios financeiros para alimentação, transporte e permanência (divulgados e efetivados mediante seleção conduzida por edital público), auxílio financeiro para visitas técnicas e atividades extra-classe, seguro estudantil, bolsas de estágio, bolsas de monitoria, bolsas de iniciação científica, além de atendimento psicológico, assistência social e enfermagem (com atividades profiláticas e cuidados de emergência).

Do ponto de vista didático-pedagógico é disponibilizado aos e às estudantes de Licenciatura em Ciências Sociais o atendimento/acompanhamento de um(a) monitor(a) de

ensino, que está vinculada a uma disciplina específica do curso, selecionada semestralmente de modo que seja disponibilizada uma monitoria pertinente às principais dificuldades encontradas no desenvolvimento do curso. Além da monitoria, todos os(as) docentes do curso disponibilizam horários de atendimento no período do contraturno, geralmente no período vespertino, com vistas em esclarecer para os e as estudantes o andamento dos trabalhos em sala de aula e realizar orientações quanto aos estudos necessários.

Há, ainda, uma estrutura administrativa disponível ao atendimento aos e às estudantes. O contato direto desse atendimento, quando próximo das questões didático-pedagógica, se dá pela mediação da Coordenação de Curso e da Coordenação Acadêmica, que realizam as orientações necessárias e encaminham as solicitações demandas pelos e pelas estudantes, dentro da alçada de cada coordenação. De forma complementar, a equipe multiprofissional composta pelos Técnicos em Assuntos Educacionais, Intérprete de LIBRAS, Profissionais da Psicologia e da Pedagogia também realizam acompanhamento e orientações junto ao Departamento de Áreas Acadêmicas. O acesso à documentação escolar e acervo da biblioteca é propiciado pelo atendimento da equipe que compõe a Coordenação de Apoio ao Ensino.

No que se refere à avaliação da aprendizagem, os discentes serão avaliados conforme determina o Regulamento Acadêmico dos Cursos de Graduação do IFG, observando-se a necessidade da contínua busca de novas formas de avaliação, as quais deverão ser discutidas com os professores e alunos do curso, uma vez que esses alunos serão futuros docentes e deverão, desde já, estar aptos a refletir e elaborar sobre variados métodos avaliativos.

Os docentes responsáveis pelas disciplinas em cada período letivo deverão compor a média semestral de cada discente com, pelo menos, duas notas resultantes de, no mínimo, duas avaliações para cada nota. Serão considerados aprovados na disciplina os alunos que obtiverem média semestral igual ou superior a 6,0 (seis), dentro de uma variação de 0 a 10 (zero a dez), e alcançarem o mínimo de 75% de presença nas aulas.

A avaliação dos discentes deverá ser processual e contínua. Para tanto, no acompanhamento ao aluno deve-se observar não apenas o seu progresso quanto à construção de conhecimentos científicos, mas também a atenção, o interesse, as habilidades, a responsabilidade, a participação, a pontualidade, a assiduidade na realização de atividades e a organização apresentada nos trabalhos acadêmicos. Assim, não apenas os aspectos quantitativos devem ser considerados, mas também – e principalmente – os aspectos qualitativos.

Nesse sentido, para a avaliação do desempenho acadêmico, os professores deverão desenvolver atividades diversificadas, em diferentes contextos, linguagens e

modalidades, a fim de perceber os progressos e identificar as dificuldades, utilizando a avaliação como instrumento de diagnóstico e superação das dificuldades e não apenas como instrumento de classificação final dos estudantes. Avaliações interdisciplinares são incentivadas como forma de auxiliar na integração das disciplinas ministradas.

São vários os instrumentos e as situações avaliativas que podem ser utilizados pelo professor, entre os quais podemos destacar: a) observação diária; b) trabalhos individuais e coletivos; c) avaliações escritas, orais e imagéticas; d) seminários; e) relatórios; f) atividades extraclasse; g) autoavaliação; h) estudos dirigidos.

A aplicação dos princípios da inclusão e da acessibilidade na Educação Superior exige uma significativa revisão nas práticas de avaliação da aprendizagem tradicionais. Os objetivos formativos devem ser cumpridos por todos os alunos e, considerando uma ampla diversidade de características e necessidades no contexto da inclusão, o IFG precisa envidar esforços para superar a presença expressiva de uma avaliação da aprendizagem, essencialmente tradicional e com fins classificatórios.

Sendo assim o colegiado do curso opta por um processo de avaliação dinâmico, formativo e processual, como já observado anteriormente. Este modelo de avaliação condiz com a proposta da educação inclusiva e de acessibilidade, pois respeita os processos de aprendizagem do aluno, suas especificidades e direciona o trabalho docente.

Nessa perspectiva, a proposta de avaliação inclusiva reconhece o potencial de aprendizagem do aluno, ou seja, o que ele é capaz de realizar com ajuda e que, conseqüentemente, no futuro, poderá realizar independentemente, além de se conhecer as estratégias de aprendizagem dos alunos e oferecer sugestões para o ensino (concepção vigotskiana).

Portanto o colegiado do curso sugere, ao professor, um processo avaliativo diferenciado que leva em conta as habilidades individuais e respeita o ritmo da aprendizagem considerando limites físicos e/ou intelectuais.

As avaliações devem ser adaptadas em formato acessível, para o público que compõe os alunos com necessidades específicas, sempre que solicitado.

Desta forma, cabe destacar algumas adaptações que são mais frequentes no cotidiano acadêmico: disponibilização de provas (quando indicadas pelos professores) em fonte ampliada e compatíveis com leitores de tela; ampliação de tempo para realização da avaliação para alunos com deficiência intelectual, transtorno global do desenvolvimento e deficiência auditiva e a flexibilidade de correção.

A flexibilidade de correção visa respeitar a condição dos acadêmicos, levando em consideração o processo de ensino e aprendizagem. Desta forma, tem por objetivo orientar os professores sobre a valorização quanto ao aspecto semântico e reconhecimento da

singularidade linguística dos alunos com deficiência auditiva/surdez.

Ainda o processo avaliativo pode contar com o aporte do NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas. (Resolução CONSUP/IFG nº 30/2017), composto por profissionais disponíveis ao atendimento dos estudantes.

O contato direto desse atendimento, quando próximo das questões didático-pedagógica, se dá pela mediação da Coordenação de Curso e da Coordenação Acadêmica, que realizam as orientações necessárias e encaminham as solicitações demandas pelos e pelas estudantes, dentro da alçada de cada coordenação.

De forma complementar, esta equipe multiprofissional composta pelos Técnicos em assuntos educacionais, intérprete de LIBRAS, profissionais da psicologia e da pedagogia também realizam acompanhamento e orientações junto ao Departamento de Áreas Acadêmicas.

O Núcleo Docente Estruturante, acompanhado dos demais professores do curso, deverão realizar diagnósticos conjuntos periodicamente a fim de acompanhar a evolução do desempenho das turmas, identificando as principais dificuldades – sejam coletivas ou individuais – e propondo meios para superá-las.

19 – Corpo docente

Docente	Área	Titulação	Regime de Trabalho
Adriano Antônio de Brito Darosci	Biologia	Doutor	DE
Anderson dos Anjos Pereira Pena	Educação	Mestre	DE
Clóvis Henrique Leite de Souza	Ciência Política	Doutor	DE
Daniel Sejour Araújo	Ciências Sociais/Sociologia/ Antropologia	Mestre	DE
Daniele Gonçalves Dias	Letras	Mestra	DE
Danilo José Dalio	Ciências Sociais/Sociologia/ Ciência Política	Doutor	DE
Edson Rodrigo Borges	Artes	Mestre	DE
Eliana Carla Rodrigues	Matemática/Estatística	Mestra	DE
Gabriel de Paula	História	Mestre	DE
Geraldo Witeze Junior	História/Literatura	Doutor	DE
Gláucia Mendes da Silva	Letras	Mestra	DE
Hans Magno Alves Ramos	Filosofia	Mestre	DE
Janaína Ferreira Fernandes	Antropologia	Mestra	DE
Kaithy das Chagas Oliveira	Pedagogia/Educação	Mestra	DE

Lemuel da Cruz Gandara	Letras	Mestre	DE
Luciana Campos de Oliveira Dias	Pedagogia/Educação	Doutora	DE
Luís Cláudio R. H. de Moura	História/Antropologia	Doutor	DE
Manoel Bernardes de Jesus	Matemática	Mestre	DE
Mariana Toledo Ferreira	Sociologia	Mestra	DE
Milene Galvão Bueno	Libras	Mestra	DE
Oberdan Quintino de Ataiades	Geografia/História	Mestre	DE
Regiane de Jesus Costa	Letras	Mestra	DE
Rosa Barros Tossini	Artes/Música	Mestra	DE
Toni Cezar Pinto Ferreira Barros	Filosofia	Mestre	DE

20 – Quadro Pessoal – Técnico Administrativo

NOME	CARGO	SETOR
Alessandro Rodrigues Vidal	Assistente em administração	Coordenação de Registros Acadêmicos e Escolares
Alexandre Borges Fernandes Camozzi	Tecnólogo em construção de edifícios	Departamento de Áreas Acadêmicas
Amado Rodrigues da Silva	Auxiliar em administração	Transportes
Amanda Cristina Fonseca Palla	Psicóloga	Coordenação de Assistência Estudantil
Apoliana Inácio Ferreira	Assistente em administração	Coordenação de Administração Acadêmica e de Apoio ao Ensino
Aurora Luiza Paladini Lessa	Jornalista	Comunicação Social
Bruna Antunes Furtado Pereira	Técnico em assuntos educacionais	Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente (DAA)
Célio Batista da Silva	Assistente em administração	Protocolo
Cilene Moreira Ribeiro	Assistente em administração	Gerência de Administração
Claudia Helena Goulart Araújo Sousa	Técnico em secretariado	Gerência de Administração
Crislaine Ribeiro da Silva	Auxiliar de biblioteca	Biblioteca
Daniella Rodrigues da Costa	Auxiliar em administração	Coordenação de Apoio Administrativo (DAA)
Denisy de Carvalho Gouveia Pinheiro	Assistente em administração	Biblioteca
Diego dos Santos Bispo	Técnico em tecnologia da informação	Tecnologia da Informação
Emilia Fernandes de Brito	Secretária executiva	Gerência de Administração

Fabiana Pereira Oliveira da Silva	Assistente em administração	Coordenação de Registros Acadêmicos e Escolares
Fábio Augusto Mendes Carvalho	Assistente em administração	Gerência de Administração
Felipe da Silva Leite Junior	Técnico em audiovisual	Comunicação Social
Fernanda Pimentel Faria de Miranda	Psicóloga	Coordenação de Assistência Estudantil
Filipe Emanuel Fonseca Menezes	Médico	Coordenação de Assistência Estudantil
Francione Neris de Sousa	Assistente em administração	Recursos Humanos
Genilsa Soares de Andrade	Assistente em administração	Gerência de Administração
Gleison Ribeiro Rodrigues	Assistente de laboratório de informática	Coordenação de Apoio Administrativo (DAA)
Jackson dos Santos Bispo	Assistente de alunos	Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente (DAA)
Jefferson Silva do Rego	Técnico em assuntos educacionais	Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente (DAA)
José Antônio de Oliveira	Auxiliar em administração	Protocolo
Josilaine Costa Barros Crizóstimo	Assistente em administração	Gabinete
Letycia Karoline Oliveira dos Santos	Auxiliar de biblioteca	Biblioteca
Lidiane Maria de Campos	Assistente em assuntos educacionais	Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente (DAA)
Lucas Nogueira Xavier	Tradutor/Intérprete de LIBRAS	Coordenação de Assistência Estudantil
Maria Danive Saraiva de Lira Silva	Técnica em secretariado	Coordenação de Registros Acadêmicos e Escolares
Marielle de Souza Bispo Mendes	Assistente em administração	Coordenação de Apoio Administrativo (DAA)
Marilene Antônia dos Santos Muniz	Pedagoga	Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente (DAA)
Maurício Fernandes de Abreu	Assistente em administração	Gerência de Pesquisa e Extensão
Milton Pereira das Neves Filho	Técnico em edificações	Departamento de Áreas Acadêmicas
Nayara Luiz Pires	Técnico de laboratório	Departamento de Áreas Acadêmicas
Nicislene Xavier da Silva	Administradora	Gerência de Administração
Paula Gonçalves Rezende	Assistente social	Coordenação de Assistência Estudantil
Paulo Rodrigues	Auxiliar em administração	Recursos Humanos

Alves dos Reis		
Rafael Marques de Ávila Oliveira	Assistente em administração	Gerência de Administração
Rafael Rodrigues de Souza Frois	Técnico em assuntos educacionais	Gerência de Pesquisa e Extensão
Ricardo Noronha Tristão	Assistente em administração	Gerência de Administração
Ruana Domingos Brandão	Técnica de laboratório	Departamento de Áreas Acadêmicas
Suelber Matias da Cruz	Contador	Gerência de Administração
Verônica Rodrigues de Sousa	Auxiliar em administração	Gerência de Administração
Vinicius Martins Sousa	Técnico em audiovisual	Comunicação Social
Viviane Bueno Guimarães	Técnica em tecnologia da informação	Tecnologia da Informação
Wagner Ayrão do Santos	Bibliotecário	Biblioteca
Warley da Silva Martins	Técnico em enfermagem	Coordenação de Assistência Estudantil

21 – Infraestrutura

O Curso de Licenciatura em Ciências Sociais conta com infraestrutura diversificada, buscando atender as necessidades desta graduação. O campus, inaugurado em 2010, apresenta vinte salas de aula em diversos tamanhos, com possibilidade de uso da internet, de auxílio de computador e data show entre os seus recursos. O curso, dentro do projeto anual de entrada, contará com a ocupação de quatro salas de aula, suficientes para o seu funcionamento.

A biblioteca da instituição conta com acervo de mais de oito mil exemplares, composto por livros, jornais e revistas, incluindo livros das áreas das Ciências Sociais e da educação. A maior parte das edições é recente e está atualizada. Entre seus títulos apresenta uma variedade de autores abrangendo obras clássicas e publicações atuais. Além da sala de leitura coletiva, o espaço possui dezenas de cabines para estudo individual. A biblioteca disponibiliza ainda uma área para trabalho em computadores *on line*, destinada ao uso coletivo e aberta à comunidade externa.

O curso possui entre seus espaços três laboratórios de informática, com aproximadamente trinta computadores cada, conectados à rede mundial de computadores. Tais laboratórios são de uso compartilhado com os demais cursos da instituição e são disponibilizados a alunos e professores mediante agendamento.

O curso conta com uma coordenação, com sala própria. Neste espaço se

desenvolvem atividades ligadas à administração da licenciatura, como o atendimento aos discentes e docentes quando necessário.

Um Laboratório de Ciências Sociais e Humanidades integra a estrutura como espaço para reuniões, estudo individual e espaço de convivência, sendo também ali dispostos recursos didáticos elaborados pelos estudantes. Outro laboratório, de Ensino, está à disposição, sendo compartilhado com a Licenciatura em Ciências Biológicas. Esses espaços possuem armários, mesas, cadeiras e computadores. Além disso, a Licenciatura em Ciências Sociais utiliza em conjunto a sala do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Educação, Ciência e Cultura (NEP-TECC). Além das mesas, cadeiras e armários, há acesso a rede mundial de computadores.

O teatro do campus, com aproximadamente 330 lugares, palco amplo, sistema de ar-condicionado, banheiros e espaço de convivência somam-se a estrutura utilizada pelo curso, sobretudo para a oferta de atividades acadêmicas para um público maior.

No que diz respeito à acessibilidade, a instituição está comprometida com a eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo. Nesse sentido, o câmpus possui rampas com corrimãos, facilitando a circulação de cadeira de rodas, e possui estacionamento com vagas próximas, reservadas a alunos com deficiência, de acordo com a Portaria MEC nº 3.284/2003.

22 – Referências

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. DOU, Brasília, DF, 3 dez. 2004.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. DOU, Brasília, DF, 23 dez. 2005

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. DOU, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. DOU, Brasília, DF, 28 abr. 1999.

BRASIL. **Lei 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. DOU, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 set. 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). DOU, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES nº 1.363, de 12 de dezembro de 2001**. Retificação do Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 jan. 2002b.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES nº 224, de 4 de agosto de 2004**. Solicitação de parecer formal do CNE, por parte de conselheiro especialista, quanto à obrigatoriedade de estágio para o bacharelado em Ciências Sociais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 set.. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001**. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 09 jul. 2001a.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 28, de**

02 de outubro de 2001. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 jan. 2002d.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 17, de 13 de março de 2002.** Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 abr. 2002a.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de julho de 2004.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. DOU, Brasília, DF, 22 jun. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. DOU, Brasília, DF, 31 mai. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002.** Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 04 mar. 2002c.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 jul. 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Proposta de diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica em cursos de nível superior**, 200, p. 13. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/basica.pdf> . Acesso em: junho de 2013

BRITO, Eleonora Zicari Costa de. **Formosa: uma cidade em festa.** In: MELLO, Maria Tereza Ferraz Negrão (coord.). Entorno que Transborda: Patrimônio Imaterial da RIDE. Brasília: Petrobrás, 2006.

BRITO, Eleonora Zicari Costa de, *et al.* **Celebração, Religiosidade e Tradição: A Cultura Imaterial de Formosa (GO).** Textos de História: Revista de pós-graduação da UnB, Brasília, v. 14, n. 1/2, 2006.

DUARTE, C. R. S.; COHEN, R. Acessibilidade aos Espaços do Ensino e Pesquisa: Desenho Universal na UFRJ: Possível ou Utópico? In: NUTAU, 2004. Demandas Sociais, Inovações Tecnológicas e a Cidade. 2004. São Paulo, **Anais NUTAU**, 2004.

FERNANDES, Florestan. **O ensino da Sociologia na escola secundária brasileira.** In: Congresso Brasileiro de Sociologia, 1., 1954: São Paulo. Anais. São Paulo: Sociedade Brasileira de Sociologia, 1955. p. 89-106.

FORMOSA (GOIÁS). **Lei nº 603, de 28 de agosto de 2012.** Cria o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC). Formosa, Goiás, ago. 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONÇALVES, Lorena Ferraz C. A festa da Moagem em Formosa e a reivindicação de uma tradição no Estado de Goiás. In: Encontro em Estudos Multidisciplinares em Cultura, IV, 2008. **Anais eletrônicos...** Salvador: Faculdade de comunicação/ UFBA, 2008. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14443.pdf> Acesso em: maio de 2013.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. s/d. <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indicadores_sociais_municipais/tabela1e.sht>. Acesso: junho de 2013.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. Conselho Superior. **Resolução CONSUP nº 31, de 2 de outubro de 2017**. Diretrizes curriculares para os cursos de Licenciaturas do IFG. Disponível em: <http://www.ifg.edu.br/attachments/article/209/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2031%202017.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2018.

MORAES, Amaury Cesar. Licenciatura em Ciências Sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato. **Tempo Social**, v. 15, n.1, São Paulo, abril de 2003, pp. 1-20. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12391> . Acesso em: junho de 2013.

OLIVEIRA, E. T. G. de; MANZINI, E. J. Acessibilidade na Universidade Estadual de Londrina: o ponto de vista do estudante com deficiência. In: Congresso Brasileiro de Educação Especial, 2. Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial, 2. Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: UFSCar/PPGEEs, ABPEE, 2005.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena Lima. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2011.

ROCHA, T. B.; MIRANDA, T. G. Acesso e Permanência do Aluno com Deficiência na Instituição de Ensino Superior. **Revista Educação Especial**. v. 22, n. 34, p. 197-212, maio/ago. 2009.

SCHRIJNEMAEKERS, Stella Christina; PIMENTA, Melissa de Mattos. Sociologia no ensino médio: escrevendo cadernos para o Projeto *São Paulo faz Escola*. **Cadernos CEDES**, Campinas (SP), vol. 31, n. 85, pp. 405-423, 2011.

VIANNA, Leticia C. R. e TEIXEIRA, João Gabriel Lima Cruz. Patrimônio Imaterial, Performance e Identidade. In: TEIXEIRA, J. G. L. C.; VIANNA, L. C. R. (Orgs.). **As Artes Populares no Planalto Central**: Performance e Identidade. Brasília: Verbis Editora, 2010, v. 1, pp. 41-54.

ANEXO I – EMENTÁRIO

1º SEMESTRE

INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS

Ementa: Ciência e senso comum. O olhar das ciências sociais para: alteridade; cultura; relativismo; socialização; instituições sociais; consenso e conflito; poder; Estado e democracia.

Bibliografia básica

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: Editora 34, 2017.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

Bibliografia complementar

GULBENKIAN, Comissão. **Para abrir as Ciências Sociais**: relatório da Comissão Gulbenkian sobre a reestruturação das Ciências Sociais. Lisboa: Publicações Europa-América, 1996.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

MILLS, Wright C. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

PARANHOS, Adalberto. Política e cotidiano: as mil e uma faces do poder. In: MARCELLINO, Nelson C. **Introdução às Ciências Sociais**. 17. ed. Campinas: Papyrus, 2010.

SIMMEL, George. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio (Org). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1979.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Ementa: A educação como processo social. A educação brasileira na experiência histórica do ocidente. A ideologia liberal e os princípios da educação pública. Sociedade, cultura e educação no Brasil: os movimentos educacionais e a luta pelo ensino público.

Bibliografia Básica:

ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite (Orgs). **O sentido da escola**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Depetrus, 2008.

LOPES, Eliane Maria Teixeira. **As origens da educação pública.** A instrução na Revolução Burguesa do Século XVIII. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira:** A organização escolar. 20ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973).** 25ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

Bibliografia complementar:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação.** 27ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia.** Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr. **O golpe na educação.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

JAEGER, Werner. **Paideia.** A formação do homem grego. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985).** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **Filosofia e História da Educação Brasileira.** Barueri, SP: Malone, 2003.

MANACORDA, Mário Alighiero. **História da Educação:** da Antiguidade aos nossos dias. Tradução de Gaetano lo Monaco. São Paulo: Cortez, 1989.

MARROU, Henri-Irénée. **História da Educação na Antiguidade.** Tradução de Mário Leônidas Casanova. 5ª reimpressão. São Paulo: EPU, 1990.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República.** Rio de Janeiro: EPU, 1976.

VERNANT, Jean-Pierre. **As origens do pensamento grego.** Tradução de Ísis Borges B. da Fonseca. 15 ed. Rio de Janeiro: Difel, 2005.

HISTÓRIA MODERNA

Ementa: As origens da modernidade. A transição da Idade Média para o Renascimento. O Renascimento e seus principais pensadores. A “descoberta”, conquista e colonização da América. As reformas protestante e católica. Os árabes e a modernidade. A África e a modernidade. A segunda modernidade: Iluminismo, revoluções burguesas e revolução industrial.

Bibliografia básica:

BURCKHARDT, J. **Cultura do Renascimento na Itália.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes do mundo: história de uma mundialização**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: EdUSP, 2014.

HOBBSAWN, Eric J. **A era das revoluções: 1789 – 1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Bibliografia complementar:

BETHELL, L. (Org.). **História da América Latina**. Vol. I a IX. São Paulo; Brasília: EdUSP; Fundação Alexandre Gusmão, 2012.

DREHER, M. N. **A crise e renovação da Igreja no Período da Reforma**. São Leopoldo, RS: Editora Sinodal, 1996, p. 5-40.

HOURLANI, A. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Companhia de bolso, 2006.

OGOT, Bethwell Allan (Ed.). **História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII**. Brasília: UNESCO, 2010.

SEVCENKO, Nicolau. **O Renascimento**. 17. ed rev. e ampl. São Paulo: Atual, 1994.

INTRODUÇÃO À FILOSOFIA

Ementa: Trata-se de apresentar uma visão geral da história do pensamento filosófico, com ênfase na modernidade e no período contemporâneo. Nesse sentido, após apresentar as noções mais essenciais da filosofia antiga e medieval, focar no período moderno e contemporâneo abordando em especial o pensamento epistemológico dessas épocas.

Bibliografia básica:

DESCARTES, René. **Meditações metafísicas**. Trad. Maria Ermantina. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Trad. Fernando Mattos. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. Trad. Nelson Boeira. 13ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2018.

LOCKE, John. **Ensaio sobre o entendimento humano**. Trad. Pedro Pimenta. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

Bibliografia complementar:

GRECO, John; SOSA, Ernest (org.). **Compêndio de epistemologia**. Trad. Alessandra Fernandes e Rogério Bettoni. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade: doze lições**. Trad. Luiz Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

NIETZSCHE, Friedrich. **A gaia ciência**. Trad. Paulo Souza. São Paulo: Companhia de bolso, 2016.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 2013.

SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. Trad. Daniela Henriques. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.

LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL DE GÊNEROS ACADÊMICOS

Ementa: Linguagem e processo de comunicação. Usos da linguagem. Elementos estruturais do texto oral e escrito. Práticas de leitura, interpretação e produção de diversos gêneros textuais.

Bibliografia Básica:

BAGNO, M. **Preconceito linguístico**. O que é, como se faz. 52ª ed. São Paulo: Loyola, 2009.

DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A.; BEZERRA, M. A. (Orgs.) **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

FARACO, C.; TEZZA, C. **Prática de texto para estudantes universitários**. 8ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

FÁVERO, L. **Coesão e coerência textuais**. São Paulo: Ática, 2000.

Bibliografia Complementar:

BECHARA, E. **A Nova Ortografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

_____. **Moderna gramática da língua portuguesa**. 37 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

GNERRE, M. **Linguagem, escrita e poder**. 5 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

MOLLICA, M. C. **Da linguagem coloquial à escrita padrão**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2003.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

2º SEMESTRE

TEORIA ANTROPOLÓGICA 1

Ementa: A historicidade da disciplina. O conceito antropológico de cultura. As noções de alteridade e etnocentrismo. O campo de estudo da Antropologia. Pesquisa de campo – Observação participativa. Etnografia. Relativismo cultural. Variedade temática da Antropologia.

Bibliografia básica:

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Unesp, 2006.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural Dois**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril, 1984.

Bibliografia complementar:

CASTRO, Celso (org.). Franz, BOAS. **Antropologia Cultural**, Jorge Zahar: 2004.

KUPER, Adam. **Cultura: a visão dos antropólogos**. Edusc: São Paulo, 2002.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2011.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TEORIA POLÍTICA 1

Ementa: Surgimento da política como disciplina nas ciências sociais e seu desenvolvimento no Brasil. Objetos da ciência política: relações de poder e instituições políticas. Temas da política brasileira: desigualdades sociais e seus efeitos políticos, democratização, sistema eleitoral, partidos políticos, relações entre os poderes, federalismo, instituições participativas e poder da mídia.

Bibliografia Básica:

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. São Paulo: Papyrus, 1994.

NOGUEIRA, Marco A. **Em defesa da política**. São Paulo: Editora Senac, 2001.

REIS, Fábio W. **Política e Racionalidade: Problemas de Teoria e Método de uma Sociologia Crítica da Política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

Bibliografia complementar:

AVELAR, Lúcia e CINTRA, Antônio O. (Org.) **Sistema político brasileiro: uma introdução**. São Paulo: Fundação Unesp Ed., 2004.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. São Paulo: Editora da USP, 1998.

PORTA, Donatella D. **Introdução à Ciência Política**. Lisboa: Editorial Stampa, 2003.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Editora Cultrix, 1993.

WOOD, Ellen M. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003.

TEORIA SOCIOLOGICA 1

Ementa: A origem e a formação da Sociologia como ciência; as condições históricas da constituição da Sociologia: modernidade, capitalismo e sociedade industrial; o contexto intelectual. Sociologia e Positivismo: Auguste Comte. A Sociologia de Emile Durkheim: teoria, conceitos e método.

Bibliografia Básica:

BENOIT, Lelita Oliveira. **Augusto Comte:** fundador da física social. São Paulo: Editora Moderna, 2006.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico.** São Paulo: Edipro, 2012.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social.** São Paulo: Martins Fontes, 2010.

Bibliografia Complementar:

MARTINS, Carlos B. **O que é sociologia?** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991.

DURKHEIM, Émile. **Suicídio:** estudo de sociologia. São Paulo: Edipro, 2013.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia.** Porto Alegre: Penso, 2012.

HOBBSAWN, Eric J. **A era das revoluções:** 1789-1848. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

Ementa: Os paradigmas educacionais na filosofia: a *paideia* grega; educação e justiça em Platão; formação humana entre os pensadores medievais; Rousseau: educação e liberdade; Kant e o ideal de autonomia e esclarecimento; tendências filosóficas contemporâneas e educação.

Bibliografia básica:

JAEGER, W. **Paideia:** a formação do homem grego. São Paulo: Martins Fontes, 1966.

KANT, Immanuel. **Sobre a pedagogia.** Trad. Francisco Cock Fontanella. 6 ed. Piracicaba: Unimep, 1996.

PLATÃO. **A República.** Trad. Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2012.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio.** Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Bibliografia complementar:

ADORNO, Theodor. **Educação e emancipação**. Trad. Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARANHA, Maria Lúcia. **Filosofia da educação**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 60ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

NUSSBAUM, Martha. **Sem fins lucrativos**: por que a democracia precisa das humanidades. Trad. Fernando Santos. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

PAGNI, Pedro A.; SILVA, Divino J. **Introdução à filosofia da educação**: temas contemporâneos e história. São Paulo: Avercamp, 2007.

HISTÓRIA SOCIAL E POLÍTICA DO BRASIL

Ementa: Reflexão historiográfica sobre o processo de formação social e política do Brasil, envolvendo três temporalidades históricas: América Portuguesa, Brasil Império e Brasil República. Interpretar pela longa duração elementos da sociedade, cultura e política na formação histórica do Brasil. Apontamentos de história regional.

Bibliografia Básica:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos Viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI-XVII. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena**: propaganda política no Varguismo e no Peronismo. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2009.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. 9. ed. São Paulo: UNESP, 2010.

FICO, Carlos. **Além do golpe**: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

HISTÓRIA da vida privada no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1998. 4 v.

Bibliografia Complementar:

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 2. ed. 4. reimpr. São Paulo: USP, 2011.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela Maria de Castro (Orgs.). **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVEA, Fátima (Org.). **O Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. 3 v.

MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem incompleta**: a experiência brasileira: formação: histórias. 3. ed. São Paulo: Senac, 2009.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

3º SEMESTRE

TEORIA ANTROPOLÓGICA 2

Ementa: Teorias relativas à formação dos conhecimentos antropológicos. A constituição da Antropologia como ciência. As teorias evolucionistas do século XIX – autores clássicos da antropologia. A antropologia Francesa. A Antropologia inglesa. A antropologia norte-americana. O método etnográfico da observação participante.

Bibliografia básica:

EVANS-PRITCHARD, Edward. E. **Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, [1937] 2005.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Crime e Costume na Sociedade Selvagem**. Brasília, Editora da UNB, 2003.

LÉVY-BRUHL, Lucien. **A mentalidade primitiva**. São Paulo: Paulus, [1922] 2008.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Casac & Naify, [1925] 2003.

Bibliografia complementar:

CASTRO, Celso (org.). **Evolucionismo cultural – Textos de Morgan, Tylor e Frazer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, [1871] 2005.

DURKHEIM, Émile e MAUSS, Marcel. **Ensaio de Sociologia**. São Paulo, Perspectiva, 1981.

KROEBER, Alfred L. **A natureza da cultura**. Lisboa: Edições 70, [1917] 1993.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental**. São Paulo: Editora Abril Cultural, [1922] 1976.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Magia, Ciência e Religião**. Lisboa: Edições 70, 1984.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. **Estrutura e função na sociedade primitiva**. Petrópolis: Ed. Vozes, [1952] 1973.

TEORIA POLÍTICA 2

Ementa: A lógica autônoma da política. Construção do liberalismo político. Formação do Estado Moderno. Fundamentos da representação, participação e controles democráticos. O Estado como organização.

Bibliografia Básica:

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Editora 34, 2017.

QUIRINO, Célia G.; VOUGA, Cláudio; BRANDÃO, Gildo M. **Clássicos do Pensamento Político**. São Paulo: Edusp, 2004.

WEFFORT, Francisco (Org.). **Os Clássicos da Política**. 2 Vol. São Paulo: Ática, 2006.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

Bibliografia Complementar:

BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política**: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

HAMILTON, Alexander. **O federalista**. Campinas: Russell, 2003.

LOCKE, John. **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat. Baron de. **O espírito das leis**. São Paulo: Martins fontes, 2000.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Edipro, 2015.

TEORIA SOCIOLOGICA 2

Ementa: O materialismo histórico e dialético de Karl Marx: teoria, conceitos e método. O capitalismo e a mudança social em Karl Marx; marxismo e Sociologia. A sociologia compreensiva de Max Weber: conceitos fundamentais e o método de análise; o capitalismo e a mudança social em Max Weber; desdobramentos da Sociologia compreensiva.

Bibliografia Básica:

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Bibliografia Complementar:

LÖWY, Michael, **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Global, 2006.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O capital, de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 2001.

WEBER, MAX. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UnB, 2012.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **O desencantamento do mundo**: todos os passos do conceito. São Paulo: Editora 34, 2003.

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Ementa: Introdução à análise sociológica do fenômeno educacional. Pensamento Sociológico Clássico e Educação. Teorias sociológicas da educação. Educação, cultura e sociedade. Educação e desigualdades sociais. Processos educativos e processos sociais.

Bibliografia básica:

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. São Paulo, Vozes, 2008.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. São Paulo, Melhoramentos, 1978.

MANACORDA, M. **Marx e a Pedagogia Moderna**. São Paulo, Cortez, 1991.

RODRIGUES, Alberto T. **Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

Bibliografia Complementar:

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares**: as razões do improvável. São Paulo: Ática, 1997.

QUINTANEIRO, Tânia. et. al. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

WEBER, Max. **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1970.

LESSA, S. **Mundo dos homens**: trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo, 2002.

MANACORDA, M. A. **O princípio educativo em Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1990.

MÉSZÁROS, I. **Marx**: a teoria da alienação. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

RODRIGUES, J. **A educação politécnica no Brasil**. Niterói: EDUFF, 1998.

VAN HAECHT, Anne. **Sociologia da educação – a escola posta à prova**. Artmed, Porto Alegre, 2006.

GEOGRAFIA HUMANA

Ementa: A Geografia como ciência social. Fundamentos teórico-metodológicos da Geografia . Geografia humana e geografia social. Tempo, espaço e sociedade. A relação sociedade e natureza e a organização espacial. Homem/natureza, sociedade/espaço, organização social do

espaço. Organização espacial da sociedade. Território, sociedade e geopolítica. Globalização e construção do meio técnico científico informacional.

Bibliografia Básica.

ANDRADE, M. C. **Geografia: ciência da sociedade.** São Paulo, 2003

CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.) **Geografia: conceitos e temas.** 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 15-47.

GOMES, P. C. C. **Geografia e modernidade.** 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

LACOSTE, Y. **A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** 2 ed. Campinas (SP): Papyrus, 2002.

MOREIRA, R. **O que é Geografia.** São Paulo: Brasiliense, 2000.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: HUCITEC, 2001.

SOJA, E. W. **Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

Bibliografia complementar

CHRISTOFOLETTI, A. **Perspectivas da Geografia.** São Paulo: Difel, 1982.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** Tradução Carlos SzlaK. São Paulo: Annablume, 2005.

MORAES, A. C. R. **Geografia: Pequena história crítica.** São Paulo: HUCITEC, 2001.

MOTA, G. S. **A nova epistemologia da geografia de Harvey, Soja e Santos.** In: GEOAMAZÔNIA: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Belém: PPGG. V. 1, Nº 1, 2007, p. 06-20. ISSN 1980-7759.

REIS, L. C. T. **Por uma concepção dialética do espaço: o conceito de formação espacial em Milton Santos.** Geografares, v. 1, Nº 1, jun., 2000.

SODRÉ, N. W. **Introdução à Geografia.** 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

4º SEMESTRE

TEORIA ANTROPOLÓGICA 3

Ementa: Teorias relativas à formação da teoria antropológica contemporânea. Autores do século XX/XXI. Desenvolvimento da antropologia na segunda metade do século XX. Estrutura e História. A antropologia interpretativa. Debates sobre a autoridade etnográfica.

Bibliografia básica:

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo.** São Paulo: Perspectiva, [1966] 2010.

GEERTZ, Clifford. **O saber local.** Novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, [1983] 1998.

FELDMANBIANCO, Bela (org.), **Antropologia das sociedades contemporâneas – métodos**. São Paulo: Unesp, [1958] 2010.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. São Paulo: Cosac & Naify, [1955] 2008.

Bibliografia complementar:

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de

Janeiro: Ed. UFRJ, 1998.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem**. Campinas: Papyrus Editora, 2005.

SAHLINS, Marshal. **Cultura e Razão Prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1976] 2003.

TURNER, Victor. **Floresta de Símbolos: aspectos do Ritual Ndembu**. Niterói: EdUFF, [1967] 2005.

TEORIA POLÍTICA 3

Ementa: Teorias da democracia: elitista, marxista, pluralista, participativa e deliberativa. Teorias da justiça: liberal, feminista e multiculturalista. Teorias do Estado e das instituições. Instituições e conflitos políticos. Crise do Estado. Autonomia do Estado em relação à sociedade.

Bibliografia básica:

BITTAR, Eduardo C. **Curso de filosofia política**. São Paulo: Atlas, 2011.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: Edusp, 1999.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder e o Socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

Bibliografia complementar:

DAHL, Robert. **Poliarquia**. São Paulo: EDUSP, 1997.

HIRST, Paul. **A democracia representativa e seus limites**. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

LIJPHART, Arend. **Modelos de democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria democrática**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

TEORIA SOCIOLÓGICA 3

Ementa: Análise das principais teorias da sociologia a partir da segunda metade do século XX, tomando como eixo a relação ação e estrutura; Interacionismo Simbólico; Sociologia de Norbert Elias; Sociologia de Pierre Bourdieu; Sociologia de Antony Giddens; Releituras da modernidade.

Bibliografia básica:

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento.** São Paulo, Edusp, 2007.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1994.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Rio de Janeiro: LTC, 2017.

GIDDENS, Anthony; BECK, U. e LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna.** São Paulo: Editora da Unesp, 2012.

Bibliografia complementar:

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2009.

GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (orgs.). **Teoria social hoje.** São Paulo: Editora UNESP, 1999.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2015.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1993.

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Ementa: Psicologia e ciência; A contribuição da Psicologia da Educação na formação do professor; Estudo de diferentes correntes teóricas da psicologia: Psicanálise, Behaviorismo, Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia Sócio-Histórica, Psicologia da Aprendizagem, Psicologia da Afetividade; Implicações pedagógicas das diferentes correntes teóricas da psicologia.

Bibliografia básica:

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias. Uma introdução ao estudo da Psicologia.** 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

CARRARA, Kester (Org.). **Introdução à Psicologia da educação.** Seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2004.

PAPALIA, Diane et al. **Desenvolvimento Humano.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

SALVADOR, César Coll (Org.). **Psicologia da Educação.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

Bibliografia complementar:

DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira (Org.). **Psicologia escolar e educacional: saúde e qualidade de vida.** Campinas: Alínea, 2001.

FREUD, Sigmund. **Um estudo autobiográfico.** Tradução Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Imago, 1998a.

MARTINEZ, Albertina Mitjans (Org.). **Psicologia Escolar e compromisso social: novos discursos, novas práticas.** Campinas: Alínea, 2005.

MIRANDA, Marília Gouvea de; RESENDE, Anita C. Azevedo. **Escritos de psicologia, educação e cultura.** Goiás: Editora da PUC, 2008.

PATTO, Maria Helena Souza (Org.). **Introdução à psicologia escolar.** 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

PIAGET, JEAN. **Seis estudos de Psicologia.** Tradução de Maria Alice Magalhães D'Amorim e Paulo Sergio Lima Silva. 24ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

SKINNER, Burrhus Frederic. **Ciência e Comportamento Humano.** 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Ementa: História das questões étnico-raciais no Brasil. Educação para as relações étnico-raciais. Conceitos de raça e etnia, mestiçagem, racismo e racialismo, preconceito e discriminação. Configurações dos conceitos de raça, etnia e cor no Brasil: entre as abordagens acadêmicas e sociais. Cultura e história afro-brasileira e indígena. Políticas afirmativas, discriminação positiva e militância de resistência à discriminação racial e à exclusão no acesso aos bens materiais e simbólicos produzidos no Brasil.

Bibliografia básica:

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992.

FONSECA, Marcus Vinicius; SILVA, Carolina Mostaro Neves da; FERNANDES, Alexsandra Borges. **Relações étnico-raciais e educação no Brasil.** Belo Horizonte: Mazza, 2011.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. **Racismo e antirracismo no Brasil.** 3 ed. São Paulo: Ed. 34, 2012.

MUNANGA, Kabengele. **O negro no Brasil de hoje.** São Paulo: Global, 2006.

Bibliografia Complementar:

COSTA, Francisco Vanderlei Ferreira da; FRANCO NETO, João Veridiano (Orgs.).

Multiverso indígena: abordagens transdisciplinares. Porto Seguro: IFBA, 2014.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 19, n. 1, set. 2006, pp. 287-308.

SANTOS, Jocélio Teles dos. (Org.) **O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012)**. Salvador: CEAQ, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

UNESCO (Org.). **História geral da África**. Brasília: Unesco, 2010. 8 v.

EDUCAÇÃO, AMBIENTE E SOCIEDADE

Ementa: Introdução a Educação Ambiental. Evolução dos conceitos básicos de recursos naturais, ecologia e meio ambiente. Impactos Ambientais. Preocupações ambientais. Energia e meio ambiente. As relações entre as sociedades humanas e o meio ambiente. A diversidade sociocultural e as muitas formas de se relacionar com a natureza. A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade como formas de alcançar os conhecimentos sobre o ambiente. Os diversos saberes ambientais e as diversas racionalidades derivadas da relação entre o ser humano e a natureza. A oposição entre ser humano e natureza. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade.

Bibliografia básica:

BRANCO, S. M. **Ecosistêmica: uma abordagem integrada dos problemas do meio ambiente**. São Paulo: Edgar Blücher, 1989.

CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e prática**. São Paulo: Gaia, 2010.

MORAES, **Antonio Carlos Robert**. Meio ambiente e ciências humanas. São Paulo: Annablume, 2005.

MILLER, G. Tyler Jr. **Ciência Ambiental**. São Paulo: Thomson Learning, 2007. Tradução All Tasks e Revisão técnica Welington Braz Carvalho. 11 ed, 123 pg. 2007.

Bibliografia complementar:

BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal**. Brasília: UnB, 2011.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **História ambiental no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2006.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

5º SEMESTRE

PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO

Ementa: Leituras histórico-políticas do Brasil; correntes teóricas; intelectuais, ideologia política e imaginário social.

Bibliografia Básica:

BRANDÃO, Gildo M. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 2007.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 2001.

PRADO Jr., Caio. **A revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1978.

WEFFORT, Francisco. **Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens**. São Paulo: Ática, 2006.

Bibliografia Complementar:

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

MORSE, Richard M. **O espelho de Próspero: cultura e ideias nas Américas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

PECAULT, Daniel. **Os intelectuais e a Política no Brasil**. São Paulo: Ática, 1990.

BOSI, Alfredo. **A dialética da colonização**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977.

PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Ementa: Interpretações histórico-sociológicas do Brasil; correntes teóricas e analíticas; intelectuais, cultura política e imaginário social.

Bibliografia básica:

FERNANDES, Florestan. **Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: globo editora, 2003.

IANNI, Octavio. **A Ideia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

WEFFORT, Francisco. **Formação do pensamento político brasileiro: Idéias e personagens.** São Paulo: Ática, 2006.

Bibliografia complementar:

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

FREIRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala.** 49ªed. São Paulo: Global,2004.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** 34ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHWARZ, Roberto. **Ao Vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro.** São Paulo: Editora 34, 2000.

DIDÁTICA

Ementa: A educação como processo social. Diferentes aspectos do processo educativo. Formas de organização do ensino. Planejamento pedagógico. Teoria da avaliação e teoria de currículo.

Bibliografia Básica:

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar.** Estudos e proposições. 22ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PIMENTA, Selma Garrido; FRANCO, Maria Amélia Santoro (Orgs.). **Didática – Embates Contemporâneos.** São Paulo: Loyola, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica. Primeiras Aproximações.** 10ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: projetos de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico.** São Paulo: Libertad, 2002.

Bibliografia complementar:

FAZENDA, Ivani C. Arantes. **Didática e Interdisciplinaridade.** 9ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LONGAREZI, Andréa Maturano; PUENTES, Roberto Valdés (Orgs.). **Panorama da didática: ensino, prática e pesquisa.** São Paulo: Papirus, 2011.

LIBANEO, Jose Carlos; ALVES, Nilda. **Temas de Pedagogia – Diálogos Entre Didática e Currículo.** São Paulo: Cortez, 2012.

PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes Pedagógicos e Atividade Docente.** 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 41ª ed. São Paulo: Autores Associados, 2009.

VEIGA, Ilma P. A. **Repensando a Didática**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2004.

_____. (Org.) Lições de didática. 5ª ed. São Paulo: Papirus, 2011.

LIBRAS

Ementa: Aspectos históricos, legais, culturais, conceituais, gramaticais e linguísticos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Introdução às práticas de conversação e tradução em LÍBRAS. A LÍBRAS como instrumento básico no processo de inclusão educacional do surdo e instrumento da prática docente.

Bibliografia básica:

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walquiria Duarte. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilingue da Língua de Sinais Brasileira**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

GESSER, Audrei. **LIBRAS: que língua é essa?** São Paulo: Parábola, 2009.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista**. São Paulo: Plexus, 1997.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. **Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em:

<http://planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em 14 abr. 2012.

BRASIL. **Decreto n.º 5626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em 14 abr. 2012.

BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática de línguas de sinais**. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1995.

FELIPE, Tanya Amara; MONTEIRO, Myrna Salerno. **Libras em contexto: curso básico: livro do estudante**. 8. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007. Disponível em: <http://librasemcontexto.org/Livro_Estudante/Livro_Estudante_2007.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2013.

QUADROS, Ronice Müller. **Educação de surdos: aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, Ronice Muller de. **O tradutor de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2013.

THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini (Org.). **A invenção da surdez: cultura, alteridade e identidade e diferença no campo da educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO E PRÁTICA DE ENSINO EM CIÊNCIAS SOCIAIS 1

Ementa: Normatizações dos Estágios Curriculares Supervisionados. Orientação e supervisão dos Estágios Curriculares Supervisionados. Escola e docência: o campo de estágio. Observação da escola e conhecimento do espaço escolar em suas múltiplas dimensões. Gestão democrática da instituição escolar. Observação participativa. Relação professor(a)-aluno(a). Sujeitos do processo ensino-aprendizagem. Cultura escolar. Análise e produção de materiais didáticos para o ensino de sociologia no ensino médio.

Bibliografia Básica:

DAYRELL, Juarez (org.) **Múltiplos olhares sobre a educação e cultura**. Belo Horizonte: EDUFMG, 1996.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José Eustáquio. **Autonomia da escola: princípios e propostas**. Guia da escola Cidadã. São Paulo: Cortez, 1997.

GARCIA, Regina Leite (org.). **O corpo que fala dentro e fora da escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena Lima. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia complementar:

BRASIL. **Lei 11.788/2008**.

ALVES, Maria Adélia. **Filmes na escola: uma abordagem sobre o uso de audiovisuais (vídeo, cinema e programas de TV) nas aulas de Sociologia do Ensino Médio**. 2001.

Dissertação (mestrado) Faculdade de Educação da Unicamp. Disponível em:

<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000243412>.

BARBOSA, Livia. **A Sociedade de Consumo**. Rio e Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, s/d.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da escola: teoria e prática**. 5ª ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o ensino médio**. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

METODOLOGIA CIENTÍFICA E TÉCNICAS DE PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Ementa: Métodos em ciências sociais. Capacidade de generalização e profundidade das análises quantitativas e qualitativas. Fontes de dados. Ética na pesquisa. Técnicas de pesquisa: documentos, bases de dados, questionários, entrevistas em profundidade, grupos focais e etnografia. Elaboração de projeto de pesquisa: conexão entre perguntas, hipóteses, objeto de pesquisa, metodologia e revisão bibliográfica.

Bibliografia básica:

BOUDON, Raymond. **Os métodos em Sociologia**. São Paulo: Ática, 1989.

BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994.

RICHARDSON, Roberto. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

UWE, FLICK. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2012.

Bibliografia Complementar:

CRESWELL, John. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GEERTZ, Clifford. **O saber local**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GUIMARÃES, Alba. Z. **Desvendando as máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina A. **Técnicas de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP, 2000.

GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Ementa: Concepções e práticas de gestão e organização do trabalho pedagógico. Democratização e autonomia da escola. Projeto político-pedagógico. Política de formação e profissionalização docente.

Bibliografia Básica:

LIBÂNEO, J. C., OLIVEIRA, J. F. de, TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Docência em Formação).

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Gestão Democrática da Educação**. 8ª ed. São Paulo: Vozes, 2008.

PARO, Vitor Henrique. **Educação como Exercício do Poder. Crítica ao Senso Comum em Educação**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

VEIGA, Ilma Passos A. (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 17ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2004. (Coleção Magistério Formação e Trabalho Pedagógico).

Bibliografia complementar:

FONSECA, Marília; TOSCHI, Mirza Seabra e OLIVEIRA, João Ferreira (orgs.) **Escolas gerenciadas: planos de desenvolvimento e projetos político-pedagógicos em debate**. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no Século XX**. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

CATTANI, Antonio David (org.). **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**. Petrópolis: Vozes, 2000.

DAVIS, Claudia (Org.). **Gestão da escola: desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FERREIRA, Naura Syria C. (Org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo, Cortez, 2001.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão educacional democrática**. Campinas, SP: Alínea, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola – teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2001.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2003.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Ementa: Contextualização histórica, econômica e sócio-cultural dos sujeitos sociais da EJA; trajetórias de formação e de escolarização de jovens e adultos na EJA; marcos legais: avanços, limites e perspectivas.

Bibliografia Básica:

BARCELOS, Valdo. **Educação de Jovens e Adultos: currículo e práticas pedagógicas..** Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CAPUCHO, Vera. **Educação de Jovens e Adultos: prática pedagógica e fortalecimento da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2012.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MOURA, Tânia Maria de Melo. **A Formação de Professores para EJA: Dilemas Atuais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

PICONEZ, Stela C. Bertholo. **Educação Escolar de Jovens e Adultos**. 10ª Ed. Campinas-SP: Papirus, 2012.

Bibliografia Complementar:

BARCELOS, Valdo. **Formação de Professores para educação de jovens e adultos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, Kele Cristina da. **Considerações preliminares sobre o processo cognitivo de jovens e adultos pouco escolarizados.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

ARTE, CULTURA E SOCIEDADE

Ementa: Análise da arte, da cultura e da sociedade sob a ótica das Ciências Sociais. Problemas epistemológicos da arte, da sociedade e da cultura. A crise da arte e os reflexos sociais e culturais dela oriundos. A problemática do indivíduo na cultura, na arte e no sistema das relações sociais.

Bibliografia básica:

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HAUSER, Arnold. **História social da literatura e da arte.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GOMBRICH, E. H. **A história da Arte.** Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

FISCHER, Ernest. **A Necessidade da Arte.** Tradução Leandro Konder. 9ª ed. – Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

Bibliografia complementar:

GREENBERG, Clement. **Arte e cultura:** Ensaio crítico. Tradução: Otacílio Nunes. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

WAGNER, Roy. **A invenção da Cultura.** Tradução Marcela Coelho de Souza e Alexandre Morales. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

FRANCASTEL, Pierre. **A realidade figurativa.** Tradução: Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.

LACOSTE, Jean. **A filosofia da arte.** Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986.

KEESING, Roger M. e STRATHERN, Andrew J. **Antropologia Cultural:** uma perspectiva contemporânea. Tradução: Vera Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO E PRÁTICA DE ENSINO EM CIÊNCIAS SOCIAIS 2

Ementa: Observação participativa da escola e seus espaços de ensino-aprendizagem, semi-regência e regência no campo de estágio, com ênfase na semi-regência. Orientação e

supervisão dos Estágios Curriculares Supervisionados. Normativas nacionais curriculares para a educação básica, o ensino médio e o ensino das Ciências Sociais. O ensino das Ciências Sociais no Brasil e no Estado de Goiás. Planejamento e Avaliação no ensino de Ciências Sociais. Preparação, execução e avaliação de projeto de ensino.

Bibliografia Básica:

CANDAU, V. M. **A didática em questão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

HERNANDEZ, Fernando e VENTURA, Montserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio**. 5º ed. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, E. (orgs). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2002.

SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ, A. I. P. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Bibliografia complementar

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, 1998.

BRASIL. **Orientações Curriculares Nacionais para o ensino médio: Ciências Humanas e suas tecnologias**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília. Conselho Nacional de Educação.2010.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília. Conselho Nacional de Educação. 2012.

BRASIL. **PCN+ Ensino médio: Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais – Ciências humanas e suas tecnologias**. Brasília: MEC, s/d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasHumanas.pdf>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional: (Lei 9.394/96)** / apresentação Carlos Roberto Jamil Cury. 4ª ed.- Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. . Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

7º SEMESTRE

ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA REGIONAIS

Ementa: Introdução à arqueologia. Antropologia regional. Arqueologia regional. Temas, teorias, produções e histórico da região. Patrimônio Material e Imaterial. Formosa: passado e presente.

Bibliografia básica:

BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central:** eco-história do Distrito Federal. Brasília: UnB, 2011.

FUNARI, Pedro; PELEGRINI, Sandra de Cássia. **Patrimônio histórico e cultural.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

PROUS, Andrés. **O Brasil antes dos brasileiros. A Pré-História do nosso país.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SILVA, Telma Camargo da. Lendo rastros/tecendo traços/contando histórias: a configuração de uma trajetória nas ciências Sociais. **Sociedade e Cultura**, v. 17, n.2, pp. 209-223.

Bibliografia complementar:

BARBOSA, Altair Sales, SCHMITZ Pedro Ignácio et al. **Arte Rupestre no Centro do Brasil.** São Leopoldo-RS: Instituto Anchietano de Pesquisas/UNISINOS, 1984.

BARBOSA, Altair Sales. **Pré-História dos Cerrados: período paleo-índio** – Coleção Suma Arqueológica dos Cerrados. Goiânia, Instituto do Trópico Subúmido / Universidade Católica de Goiás, volume 5, mimeo, 1993.

BRITO, Eleonora Zicari Costa de, et al. Celebração, Religiosidade e Tradição: A Cultura Imaterial de Formosa (GO). **Textos de História:** Revista de Pós-Graduação em História da UnB. Volume 14, Número 1/2: UnB, 2006.

JACINTO, Olympio. **Esboço histórico de Formosa.** Brasília: Independência, [1931], 1979.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Cia das Letras, 1992.

VIEIRA, Suzane de Alencar Vieira. Césio-137, um drama recontado. **Estudos Avançados**, v. 27, n. 77. São Paulo, 2013.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO E PRÁTICA DE ENSINO EM CIÊNCIAS SOCIAIS 3

Ementa: Observação participativa, semi-regência e regência no campo de estágio, com ênfase na regência. Orientação e supervisão dos Estágios Curriculares Supervisionados. Relação escola-comunidade. Temas e problemas em ciências sociais e no ensino de ciências sociais. Projeto de pesquisa em educação/ensino de Ciências Sociais. Docência, teoria e prática educativa.

Bibliografia Básica:

ARROYO, Miguel. **Ofício de mestre.** SP: Vozes, 2001.

CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização:** questões para a educação hoje. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional.** SP: Cortez, 1989.

Bibliografia complementar:

FAZENDA, Ivani A. **Novos enfoques da pesquisa educacional.** São Paulo: Cortez, 1992.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares:** as razões do improvável. São Paulo: Ática, 1997.

LESSARD, Claude e TARDIF, Maurice. **O trabalho docente.** SP: Vozes, 2005.

BIANCHI, Alvaro. Temas e problemas nos projetos de pesquisa. **Estudos de Sociologia,** Araraquara, v. 7/8, n. 13/14, p. 75-91, 2002.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO 1

Ementa: Definições e tipos de pesquisa. A formulação do problema de pesquisa. O papel do projeto na elaboração da pesquisa. Projeto de pesquisa e método em Ciências Sociais. Tipos de pesquisa social. Projeto e planejamento da pesquisa: as etapas da pesquisa social. A estrutura e formatação do projeto. Elaboração, redação e finalização do projeto de pesquisa. Visão geral sobre a monografia. A estrutura básica da monografia.

Bibliografia: Definida em conjunto com o/a orientador/a de acordo com a área e o tema da pesquisa.

8º SEMESTRE

POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO

Ementa: A relação Estado e políticas educacionais. Os desdobramentos da política educacional no Brasil pós-64. As políticas de regulação da educação brasileira e a (re)democratização da sociedade brasileira. Diferenciação e avaliação da educação nacional. Legislação educacional atual.

Bibliografia Básica:

AZEVEDO, Janete Lins. **A educação como política pública.** 2ª ed. Ampl. Campinas: Autores Associados, 2001. (Coleção Polêmica do Nosso Tempo)

CATANI, Afrânio Mendes; DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. **Políticas e Gestão da Educação Superior.** São Paulo: Xamã, 2003.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana; FERNANDES, Milton. **Políticas Públicas e Educação. Regulação e Conhecimento.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

LIBÂNEO, José C.; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003. Coleção Docência em Formação / Coordenação Antônio Joaquim Severino, Selma Garrido Pimenta.

Bibliografia complementar:

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson. **Políticas Educacionais: Questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira (Org.). **Gestão e Políticas da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

AGUIAR, M. A. da S. (Org.). **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2000.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição Federal**, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. **Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério**, na forma prevista no art. 60, 7º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial, Brasília, de 26 dez.1996.

BRASIL. MEC. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, 2007.

BRASIL. MEC. **Plano de Desenvolvimento da Educação**, 2007.

BRASIL. MEC. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, 2001.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9.394 de 24 de dezembro de 1996.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº9.394/96**: Brasília, 1997.

CURY, C.R.J. **LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. **Legislação educacional brasileira**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

GOMES, Alferedo Macedo (Org.) **Políticas Públicas e Gestão da Educação**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2011.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana.(Org). **Políticas Públicas e Educação: regulação e conhecimento**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

OLIVEIRA, Romualdo Portela. ADRIÃO, Theresa. **Gestão, financiamento e direito à educação**. 2ª ed. São Paulo: Xamã, 2002.

TEIXEIRA, Lúcia Helena G. (Org.). **LDB e PNE: desdobramentos na Política Educacional Brasileira**. São Bernardo do Campo: UNESP, 2002.

TOSCHI, M. S.; FALEIRO, M. de O. **A LDB do Estado de Goiás – Lei n. 26/98**. Goiânia: Alternativa, 2001.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO E PRÁTICAS DE ENSINO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

4

Ementa: Observação participativa, regência e semi-regência no campo do estágio, com ênfase em regência. Orientação e supervisão dos estágios curriculares supervisionados. O trabalho docente e os desafios diante da relação entre escola e sociedade: precarização e flexibilização. A prática do professor articulada aos demais aspectos da formação docente: unidade entre teoria e prática pedagógica. Análise da docência da disciplina Sociologia, tendo como parâmetro a LDB e os PCNs. O ambiente escolar sob a ótica das teorias sociológicas clássicas e contemporâneas que têm a educação como objeto de estudo. Formação continuada.

Bibliografia Básica:

BUFFA, E.; ARROYO, M. G. & NOSELLA, P. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.

GOMES, Cândido. **A educação em perspectiva sociológica.** São Paulo: EPV, 1985.

CUNHA, Luiz A. **Uma leitura da escola capitalista.** 2ª ed. São Paulo: Achiamé, 1982.

SAVIANI, D. **Escola e democracia.** 24ª ed. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1991.

Bibliografia complementar:

DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia.** 12ª ed., São Paulo: Melhoramentos, 1978.

FERNANDES, Florestan. **A Sociologia no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1977.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

MARX, K. e ENGELS, F. **Textos sobre educação e ensino.** São Paulo: Editora Moraes, 1983.

ROUSSEAU, J.-J. **Emílio ou da educação.** 2 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1977

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO 2

Ementa: Acompanhamento da pesquisa dos estudantes por parte dos(as) respectivos(as) orientadores(as). Elaboração da monografia. A apresentação dos resultados da pesquisa. Defesa da Monografia.

Bibliografia: Definida em conjunto com o/a orientador/a de acordo com a área e o tema da pesquisa.

TÓPICOS ESPECIAIS

Ementa: A ementa será divulgada no momento da oferta da disciplina de acordo com as pesquisas desenvolvidas no âmbito do curso e com as demandas apresentadas pelos(as) discentes.

Bibliografia: Definida pelo(a) docente no momento da oferta da disciplina, de acordo com as obras disponíveis na biblioteca, nas bases de dados acessíveis do IFG e nos periódicos de acesso livre.

ESTUDO DIRIGIDO

Ementa: O estudo dirigido se caracteriza pela formação de pequenos grupos de estudantes para se aprofundarem em algum tema, sob a supervisão de um(a) ou mais docentes.

Bibliografia: Definida pelo(a) docente no momento da oferta da disciplina, de acordo com as obras disponíveis na biblioteca, nas bases de dados acessíveis do IFG e nos periódicos de acesso livre.